



CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DE  
SERVIÇOS

# A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA

VERSÃO ATUALIZADA E AMPLIADA



MAIO DE 2020



CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DE  
SERVIÇOS

# A PANDEMIA DO COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA MUNDIAL E BRASILEIRA



ANÁLISE PRODUZIDA POR:

DR. FERNANDO GARCIA DE FREITAS  
DRA. ANA LELIA MAGNABOSCO  
DRA. ANDREA CAMARA BANDEIRA

# Índice

APRESENTAÇÃO	5
1. INTRODUÇÃO	7
2. RISCOS E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA	9
3. EFEITOS NA ECONOMIA MUNDIAL	23
4. EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA	31



# APRESENTAÇÃO

A crise de saúde pública gerada pelo coronavírus e o alastramento da doença pelo mundo desde o início de 2020 trouxe um cenário novo e crítico para todos. O ritmo acelerado de propagação da doença, seus impactos no setor de saúde observados nos países mais atingidos e as elevadas taxas de mortalidade acenderam um alerta no mundo: a saúde de todos pode ser afetada.

Mas além dos efeitos diretos de bem-estar ocasionados pela perda da saúde, a pandemia do coronavírus impôs mudanças radicais de comportamento. A severidade da crise obrigou governos a levantar barreiras e restrições ao trânsito de pessoas, na tentativa de reduzir o ritmo de contágio para um patamar compatível com a oferta de serviços de saúde disponível nesse momento.

De tão drásticas, as medidas sanitárias necessárias têm fortes efeitos depressivos sobre a atividade econômica, com consequências de magnitude bastante elevadas. Preocupada com os efeitos nocivos dessa crise na economia mundial e brasileira, que pode tomar uma dimensão social preocupante, a Confederação Nacional dos Serviços apoiou, no início de março, o desenvolvimento de um primeiro estudo amplo dos impactos desse problema de saúde pública para a economia mundial e brasileira, que agora está sendo atualizado e ampliado com as informações e análises mais recentes.

Os cenários traçados pelo estudo mostram uma situação grave que requer, nesse momento, atenção especial de todos. A evolução da pandemia ainda ocorre de forma acelerada no Brasil e seus efeitos econômicos já são sensíveis. As reações dos governos ao redor do mundo para lidar com a crise de saúde pública e para mitigar seus efeitos econômicos ainda estão em movimento e requerem aprimoramentos.

Com essa iniciativa, a CNS pretende colaborar com a discussão do tema, trazendo informações técnicas que suportem ações concretas para conter uma crise de saúde pública que, por suas implicações econômicas e sociais, caminha para uma crise humanitária. Esperamos decisões firmes, coordenadas e imediatas dos governos para conter a propagação da doença, ao custo de não termos oferta de serviços de saúde suficientes para atender a população.

O momento requer, também, que as decisões coletivas prevaleçam sobre interesses particulares, orientando o país para um cenário de solidariedade. Para atender as necessidades urgentes do país de restabelecimento das atividades econômicas com segurança e num horizonte de tempo seguro, a CNS propõe três ações de política econômica que terão efeitos expressivos na economia brasileira: a desoneração a folha de pagamentos, o refinanciamento de impostos e a criação de linhas de financiamento para recuperação de negócios.

## Desoneração da folha

A desoneração da folha de pagamentos, uma proposta antiga da CNS para reduzir o custo da mão de obra, é uma medida que poderia incentivar o emprego e beneficiar o consumo. Como indicado em documento específico sobre o tema, a desoneração da folha reduziria o custo das empresas, permitindo uma acomodação estratégica para as empresas intensivas em mão de obra nesse momento de crise. Além disso, a proposta prevê a substituição da base de tributação da seguridade social da folha para as movimentações financeiras, garantindo maior estabilidade de fundos para o sistema.

Na área trabalhista, a CNS também propõe a adoção da prática de que o acordado em conven-

ção coletiva prevaleça sobre o legislado é outra saída democrática para que patrões e empregados ajustem a situação de cada segmento do mercado de trabalho sem imposições lineares que podem desorganizar as relações do trabalho.

### **Refinanciamento de impostos**

O pagamento de impostos, incluindo as dívidas do programa de refinanciamento dos impostos federais, o Refis, pressionará de forma bastante intensa as empresas nesse momento de crise aguda, levando a um número maior de falências, quebras de contratos e perdas de emprego. Esse cenário é ruim para as empresa e, também, para o fisco, que levará anos para receber os impostos devidos com custos elevados de execução. Nesse sentido, um plano nacional de refinanciamento de impostos, incluindo dividas com a União, estados e municípios, seria bastante benéfico para a preservação das atividades econômicas. Esse novo programa poderia ser custeado com recursos de empréstimo, que hoje estão abundantes e sem uso no sistema financeiro, e garantido com recursos da União.

### **Linhas de crédito**

Várias atividades econômicas, principalmente aquelas ligadas aos serviços de alojamento e

alimentação, transportes aéreos e promoção de feiras e eventos, sofrerão redução de suas atividades por um período mais extenso, pois a retomada dessas atividades requer um planejamento mais longo. As Olimpíadas de Tóquio são um exemplo claro: já cancelados, os jogos foram remarcados para o próximo ano, mas ainda estão sujeitos a confirmação. Essas atividades terão maiores dificuldades de retomada, mas são estratégicas para a economia como um todo. Nesse sentido, além de um maior financiamento de curto prazo para garantia do fluxo de caixa, essas atividades irão requerer planos de financiamento mais longos, com carências mais extensas.

Além dessas propostas, a CNS ressalta a necessidade de pensar o presente e mirar o futuro com políticas que orientem uma rápida e segura reconstrução nacional. Para tanto, é imprescindível, hoje, reanimar os fóruns de interlocução com a sociedade para debater as ideias sobre as políticas que nos possibilitarão chegar seguros ao dia depois da pandemia.

*José Luiz Fernandes*  
Presidente da CNS

*Luigi Nese*  
Vice-presidente Executivo da CNS

# INTRODUÇÃO

A propagação do vírus Covid-19 pelo mundo já faz sentir seus efeitos recessivos sobre a economia de vários países, com repercussão global e de prazo ainda indeterminado. Ao contrário de recessões clássicas que se originam em problemas financeiros ou políticos nacionais que interferem nos fundamentos da economia, com movimentos de queda de investimentos, seguidos de redução do consumo e retração do emprego e da renda, a recessão causada por uma situação de saúde pública como esta resulta diretamente de restrições sobre a produção de bens e serviços, com efeitos secundários em cadeia.

Seus mecanismos são semelhantes ao de crises geradas por racionamento de energia elétrica, como a que o Brasil viveu em 2001 e 2002. Na ocasião, houve um choque externo que reduziu a disponibilidade de energia, provocando uma redução de produção. Essa quebra de oferta levou a perdas de renda que obrigaram famílias e empresas a realizarem ajustes indesejados em sua demanda, o que reforçou a perda de dinamismo da economia.

Mas há outro paralelo entre o racionamento de energia e a crise do coronavírus que causa muita apreensão: quanto maior a demora na reação das

autoridades, maiores o tempo e a intensidade da paralisação econômica decorrente, com consequências crescentes em termos de vidas e de atividade econômica. No caso do racionamento de energia elétrica no Brasil foi assim. Os reservatórios de água fecharam o ano de 2000 em situação crítica que exigia um racionamento na ordem de 5% do consumo. A decisão de racionar tardou, na expectativa governamental de que as chuvas viessem em fevereiro e março de 2001, e o país acabou entrando em racionamento apenas em junho, com a imposição de redução da produção industrial de 25%! Os efeitos da falta de energia foram, por óbvio, muito mais intensos e se estenderam até o final de 2002.

Neste documento, é analisado o problema do coronavírus e seus efeitos de curto prazo sobre a economia mundial e, em particular, sobre a economia brasileira. A seção seguinte descreve o problema de saúde pública e as alternativas para os governos nacionais, regionais e locais. A terceira seção descreve os mecanismos de impactos diretos e indiretos na economia e analisa os efeitos que devem ser percebidos na economia mundial ao longo de 2020. A seção 4 reproduz essa análise para a economia brasileira, com detalhamento para diferentes setores de atividade.





# 2

## RISCOS E ALTERNATIVAS DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA

As epidemias agudas representam riscos elevados para a sociedade e para a economia porque (i) desorganizam as atividades rotineiras da população e (ii) elevam de forma intensa a demanda por serviços de saúde. Esses dois mecanismos podem ter impactos severos na economia a depender das características da epidemia, além de seus efeitos diretos sobre o bem-estar decorrente da perda da saúde.

A desorganização das atividades rotineiras ocorre com a contaminação e desenvolvimento das doenças – a principal e suas colaterais. Doentes, as pessoas se afastam de suas rotinas que envolvem basicamente quatro atividades: o trabalho, a educação, os afazeres domésticos e o lazer. O afastamento do trabalho implica perdas imediatas de produtividade para as empresas e de renda para os trabalhadores, principalmente autônomos. Além disso, a incidência de doenças desvia tempo das pessoas no mercado de trabalho para a atenção dos familiares adoentados, o que afeta principalmente a condição econômica da população feminina. O afastamento da educação tem efeitos de longo prazo sobre o desempenho escolar, com consequências permanentes sobre a qualificação da mão de obra. O afastamento das atividades

domésticas e de lazer, por sua vez, provocam perdas de bem-estar e também podem ter efeitos secundários na economia ao reduzir a demanda por certos tipos de serviços.

O segundo risco das epidemias advém de seus efeitos sobre a demanda por serviços de saúde. A depender da velocidade de propagação, de sua gravidade e da taxa de reincidência, uma epidemia pode rapidamente estrangular o setor de saúde de uma comunidade. Na melhor das situações econômicas, a infraestrutura de saúde, seja ela pública ou privada, é dimensionada para operar com capacidade suficiente de atendimento dos problemas endêmicos e epidêmicos rotineiros. Por isso, grandes epidemias geram um excesso de demanda por essa infraestrutura que causa desabastecimento dos serviços de saúde. A carência atinge não apenas as pessoas afetadas pela epidemia, mas se estende a praticamente todas as situações de saúde que requerem atendimento ambulatorial ou internação, com efeitos potencialmente nocivos e descontrolados sobre o estado de saúde da população.

A proliferação do Covid-19 ocorrida desde o final de 2019 mostrou-se uma dessas situações de

epidemia aguda com riscos elevados para a sociedade. Isso se deve a dois fatores: (a) a velocidade de propagação da contaminação e (b) a taxa de mortalidade entre as pessoas infectadas.

### Velocidade de propagação

Os dados estatísticos registrados no início da epidemia na China já indicavam um problema potencialmente grave. Acredita-se que a contaminação pelo vírus tenha ocorrido ao final de novembro e sua disseminação tenha ocorrido de forma gradativa ao longo de dezembro. Os primeiros registros estatísticos regulares, com diagnóstico consolidado sobre o vírus e a doença que ele causa, foram iniciados em janeiro de 2020. O acompanhamento e publicação diários dos dados chineses e mundiais começaram em 21 de janeiro de 2020.

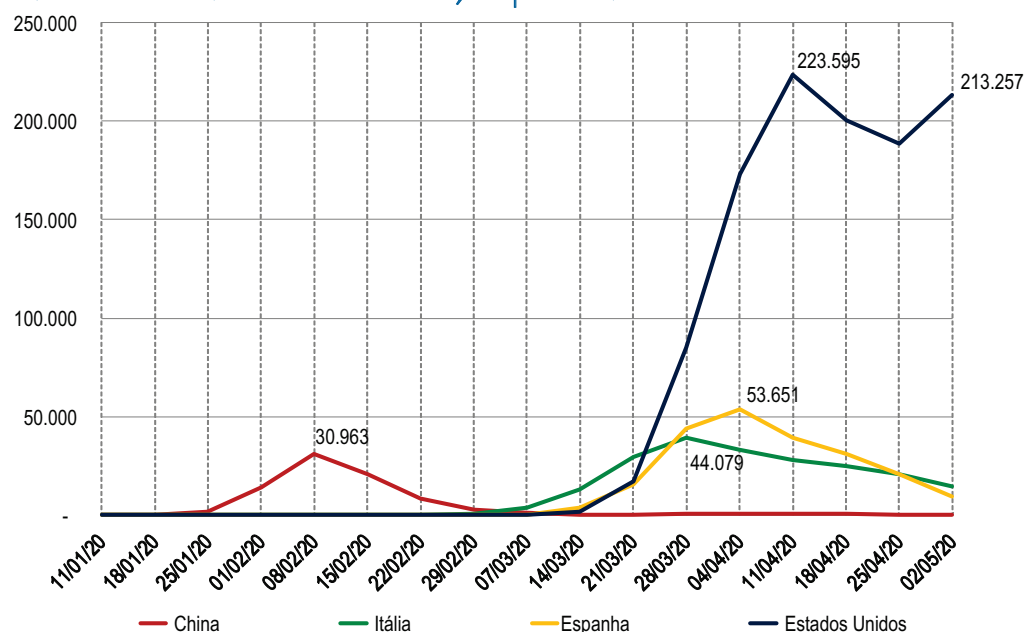
Nessa data, a China tinha 278 casos confirmados da doença com um ritmo bastante acentuado de crescimento. Entre os dias 21 e 23 o número de casos confirmados cresceu 145%, o que equivale a uma taxa média de 56,4% ao dia. Esse fato levou o governo central chinês e os governos locais a

determinarem medidas drásticas que envolveram restrições à circulação de pessoas, interrupção de atividades produtivas e a ampliação emergencial da infraestrutura hospitalar. Em 23 de janeiro, a cidade de Wuhan, capital da província da China Central, entrou em quarentena, seguida pelas cidades Huanggang e Ezhou na província de Hubei no dia seguinte. Tomando por hipótese que o início da infecção tenha ocorrido no dia 1º de dezembro, as restrições foram adotadas com quase 2 meses de atraso.

O Gráfico 1 traz a evolução semanal do número de novos casos entre domingo 12 de janeiro até o domingo dia 19 de abril. Além da curva chinesa, o gráfico também apresenta os dados da Itália, da Espanha e dos Estados Unidos da América, países com o maior número de casos registrados no mundo até o momento.

Note-se que, no caso da China, o crescimento do número de novas pessoas infectadas foi contínuo até a primeira semana de fevereiro. Entre a segunda-feira dia 3 e o domingo dia 9 de fevereiro, foram diagnosticados quase 31 mil novos casos na China. Outro aspecto importante é o fato de que

**Gráfico 1.**  
Número de novos casos de infecção por Covid-19



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

demorou cerca de duas semanas para as restrições severas estabelecidas na China surtirem algum efeito sobre o número de novas infecções. Ainda assim, o ritmo de surgimento de novos casos comprovados continuou elevado (acima de 100 casos por dia) até 8 de março, ou seja, demorou 47 dias do início das restrições para que o número de novos casos voltasse ao patamar observado no momento das intervenções.

Nos casos da Itália e da Espanha, os inícios das epidemias foram posteriores – 22 e 27 de fevereiro, respectivamente. Os crescimentos dos números de casos também foram contínuos e exigiram a adoção de restrições à mobilidade. Contudo, as estatísticas ainda apresentam números elevados de novas pessoas infectadas ao final de abril.

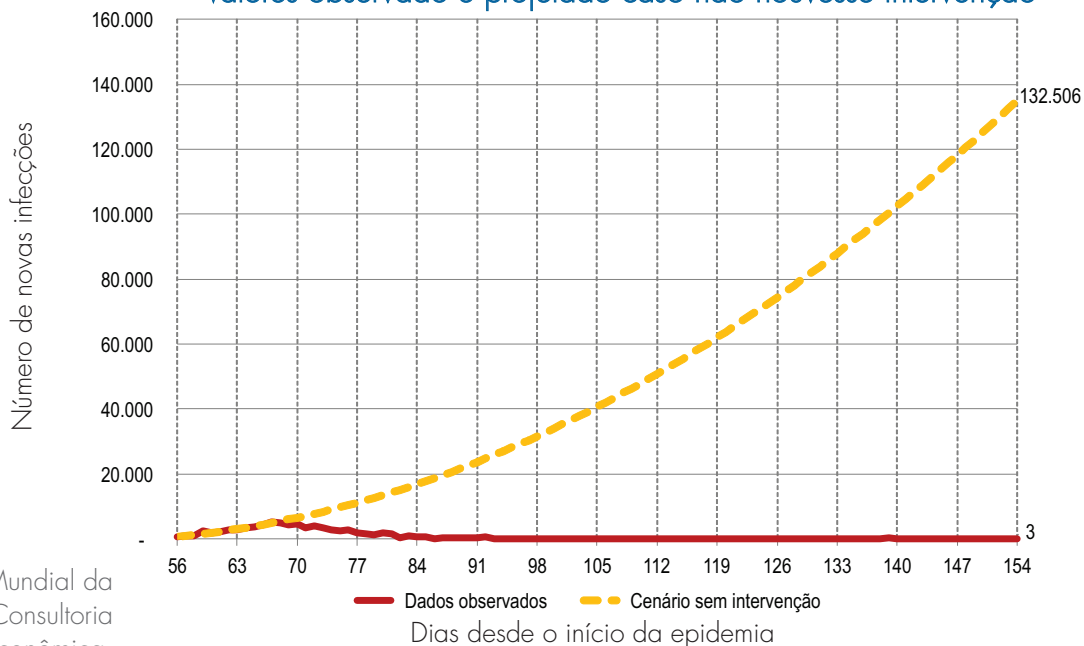
Inicialmente, as restrições foram impostas apenas em algumas regiões da Itália – Lombardia e Veneto –, mas posteriormente as limitações foram ampliadas até abranger todo o país em 9 de março. Na semana de 21 a 28 de março, como ilustra o gráfico, a Itália bateu recorde de número de novos casos por semana com mais de 44 mil, superando o recorde de 31 mil novos casos que havia sido registrado em uma semana na China. A dinâmica

observada na Itália indica que 14 dias após a imposição das restrições, o número de novos casos ainda crescia, tendo batido o recorde diário no domingo 22 de março.

Mesmo com as restrições, o número diário de novos casos ainda é elevado. No sábado dia 2 de maio, foram registrados quase 2 mil novos casos na Itália, o patamar de média diária observado no início de março – a primeira semana de quarentena nacional. Isso indica que transcorridos 54 dias do início das restrições a Itália ainda não alcançou os níveis de contaminação que levaram ao estabelecimento do isolamento, o que indica que o retardo no início do afastamento e a adesão relativamente baixa no início da crise acabaram por prolongar o período de quarentena no país.

A Espanha decretou emergência nacional em 14 de março e com isso impôs as restrições à mobilidade por 15 dias. Os números nesse país foram muito mais alarmantes e rapidamente a Espanha superaram os da Itália, seja em número de casos ou de mortes. Na semana de 29 de março a 4 de abril, 53,7 mil espanhóis foram identificados com a doença, um número 36% maior que o recorde italiano. Assim como observado no caso da Itália, o

**Gráfico 2.**  
Número de novos casos de infecção por Covid-19, China,  
Valores observado e projetado caso não houvesse intervenção



Fonte: Organização Mundial da Saúde e Ex Ante Consultoria Econômica.

número de novos casos começou a cair apenas na quarta semana de isolamento e, em 21 de abril, já passados 47 dias do início do afastamento social, o país ainda apresentava mais de 1,8 mil novos casos por dia.

O caso mais grave no mundo está sendo o dos Estados Unidos. Com um trânsito muito grande de pessoas que vão e que vêm da China, da Europa e do resto do mundo, e com uma resposta considerada lenta e desordenada ao combate da contaminação, o país rapidamente se tornou o epicentro da pandemia, pelo número elevado de casos dentro do país e seu potencial de disseminação.

O governo federal decretou estado de emergência nacional no dia 13 de março, quando o país já tinha mais de 1.600 casos confirmados e o ritmo de novos infectados ultrapassava 350 por dia. A medida, contudo, servia apenas para liberar US\$ 50 bilhões adicionais de orçamento para o combate à epidemia no país. A recomendação do afastamento social passou a fazer parte do discurso do governo federal apenas em 24 de março, quando 13 estados norte-americanos já o haviam adotado como política. Nesse momento, o país já tinha mais

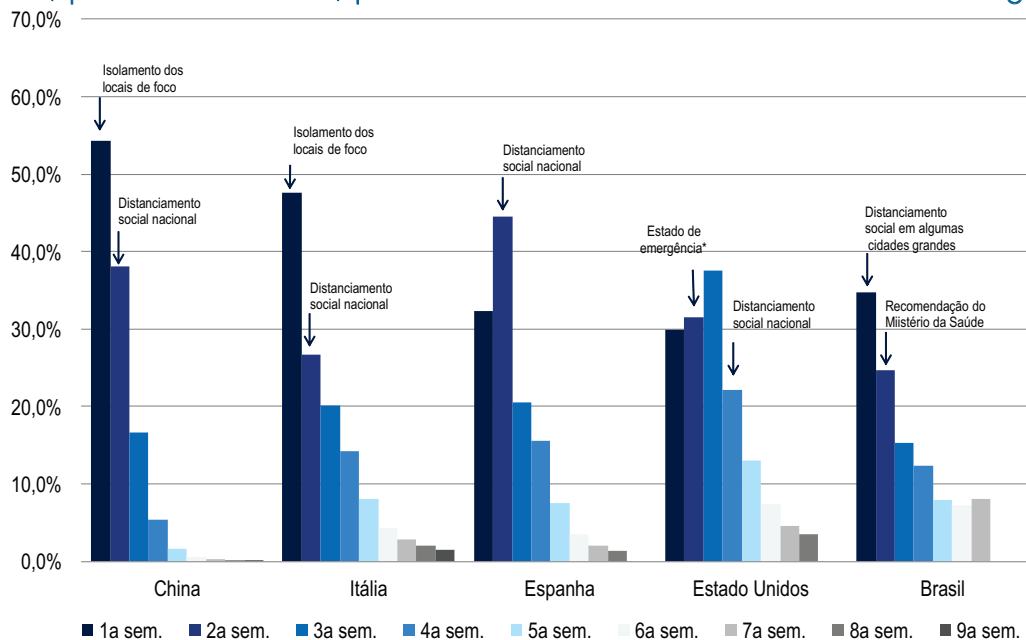
de 46 mil casos confirmados e o ritmo de novos infectados ultrapassava 10 mil por dia.

Na semana de 22 a 28 de março os Estados Unidos superaram os recordes da China e da Itália, e na semana de 5 a 11 de abril, o país registrou 223,6 mil novos casos. O ritmo semanal de novos casos caiu por duas semanas, mas ainda assim, ficou acima de 200 mil novos casos na semana. Entre 26 de abril e 2 de maio, o ritmo voltou a se elevar, acumulando 213,3 mil novos casos em uma semana. No sábado dia 2 de maio, os Estados Unidos já acumulavam mais de 1,1 milhão de casos com um ritmo de novas infecções na casa de 34 mil por dia. Quase seis semanas após a recomendação de isolamento social, o país observa um número de novos infectados 4 vezes o verificado na véspera da recomendação!

Esses dados revelam ser muito acentuado o ritmo de proliferação do vírus. Tomando por referência a evolução observada nas primeiras semanas da doença na China, se não houvesse restrições à mobilidade das pessoas, com limitação à transmissão natural da doença, estima-se que o número de novas pessoas infectadas ultrapassaria 43 mil por

### Gráfico 3.

#### Taxas médias diárias de crescimento do número de novos casos de infecção por Covid-19, países selecionados, por semanas desde o início da transmissão endógena



Fonte: Organização Mundial da Saúde e Ex Ante Consultoria Econômica.

dia no 107º dia desde o início da epidemia. No 154º dia, a projeção apontava para 132,5 mil novos casos por dia. O Gráfico 2 ilustra essa projeção. Nessa data, o número total de casos poderia ter alcançado 4,947 milhões somente na China caso não fossem tomadas medidas protetivas extremas.

Essa diferença de trajetórias reforça a ideia do custo associado à demora das decisões políticas para promoção do afastamento social. No caso da China, uma semana de atraso implicaria 23 mil casos, duas semanas implicaria 94 mil casos a mais, três semanas 215 mil casos a mais e quatro semanas de atraso implicaria 387 mil casos a mais e assim sucessivamente. Por isso é fundamental e quase inevitável uma reação rápida e drástica de afastamento das pessoas para contenção da contaminação.

O Gráfico 3 traz as taxas médias diárias de crescimento do número de novos casos na China, Itália, Espanha, Estados Unidos e Brasil por semana a partir do início da evolução interna da doença. A evolução interna se dá com contaminações ocorridas dentro do país, mas em regiões diferentes da origem da pessoa infectante. Na maior parte dos países isso ocorreu quando o número de contaminados estava entre 70 e 80 pessoas. O gráfico também traz anotações sobre as principais ações controle empreendidas nos países.

Nota-se, em primeiro lugar, que as taxas médias diárias de crescimento caíram somente após medidas mais extensas e efetivas de isolamento social. Em poucas semanas, as restrições severas impostas na China reduziram o ritmo de crescimento do número de infectados de 54,3% ao dia na primeira semana após a disseminação interna nacional para 16,3% ao dia na terceira semana. Na quinta semana, a taxa média diária já era de 1,7% ao dia.

Na Itália, a queda foi de 47,5% ao dia na primeira semana para 8,1% ao dia na quinta semana. Espanha e Estados Unidos demoraram a tomar providências mais severas: a Espanha decretou quarenta já no final da segunda semana e os

Estados Unidos decretaram estado de emergência, o que afetou apenas as questões orçamentárias dos programas federais, sem efeitos sobre o comportamento da população. O distanciamento social foi recomendado pelo governo federal apenas na quarta semana, quando já estava em vigor em alguns estados americanos. De qualquer forma, na oitava semana da disseminação, os Estados Unidos viam crescer o número de casos no ritmo de 3,5% ao dia, taxa muito superior à observada na China (0,0%), Itália (2,1%) ou Espanha (1,3%).

O Brasil aparece numa situação visivelmente pior, a despeito de observar taxas inferiores às dos demais países nas primeiras semanas. As ações em algumas cidades foram rápidas: os governos municipal e estadual de São Paulo, epicentro inicial da epidemia no Brasil, recomendaram e promoveram o distanciamento social. Posteriormente, essas ações foram seguidas por outros municípios e estados, quando houve a recomendação do Ministério da Saúde para o isolamento social.

Contudo, a partir da sexta semana, quando o número de casos já bastante elevado, as taxas brasileiras permaneceram elevadas e foram superiores inclusive ao ritmo de crescimento observado nos Estados Unidos. Isso aponta que a doença ganhou força no país nas últimas duas semanas, o que pode ter ocorrido em razão do avanço da doença para outras regiões com menor capacidade do poder público, do relaxamento das regras de distanciamento social ou da própria saturação dos setores de saúde locais.

### Gravidade da doença

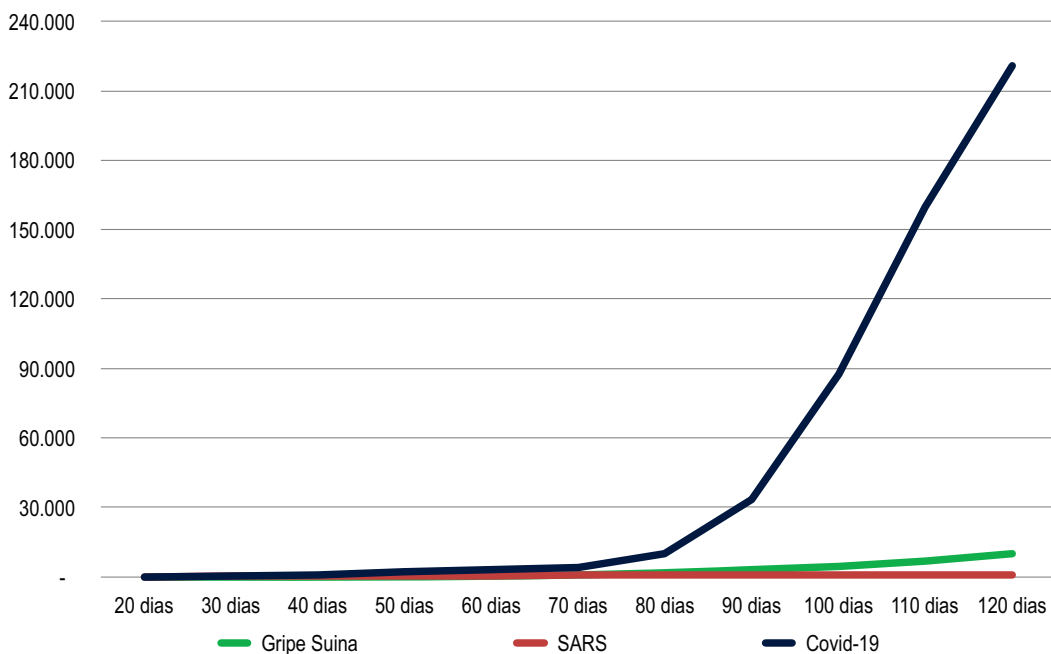
A comparação da ocorrência de casos de Covid-19 com a de outra epidemia recente, a gripe suína (H1N1), mostra que o ritmo de contaminação por coronavírus tem sido, de fato, muito elevado e que o cenário sem isolamento social seria crítico. Entre o vigésimo e o quinquagésimo dias das epidemias, a taxa de crescimento do número de pessoas infectadas rodou em torno de 20% ao dia nas duas epidemias. Aos 60 dias do início da proliferação, a gripe suína tinha cerca de 54 mil casos, ao passo que o Covid-19 já tinha mais de 85 mil casos

Tabela 1.  
Número total de casos de infecção por gripe suína, SARS e Covid-19, Mundo

	Gripe Suína (2009)			SARS (2003)			Covid-19 (2019)		
	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)	Casos confirmados	Mortes	Taxa de mortalidade (%)
20 dias	56	-	0,0%	1.543	54	3,5%	282	6	2,1%
30 dias	86	4	4,7%	2.737	104	3,8%	7.818	170	2,2%
40 dias	319	5	1,6%	3.569	182	5,1%	37.558	813	2,2%
50 dias	12.400	63	0,5%	5.375	344	6,4%	75.204	2.009	2,7%
60 dias	53.900	271	0,5%	7.042	507	7,2%	85.403	2.924	3,4%
70 dias	151.470	747	0,5%	7.840	635	8,1%	113.702	4.012	3,5%
80 dias	340.000	1.640	0,5%	8.322	749	9,0%	242.372	9.883	4,1%
90 dias	606.000	2.930	0,5%	8.410	781	9,0%	715.415	33.576	4,7%
100 dias	963.000	4.650	0,5%	8.421	800	9,5%	1.476.818	87.816	5,9%
110 dias	1.430.000	6.910	0,5%	8.438	810	9,6%	2.278.484	162.447	7,1%
120 dias	2.090.000	10.100	0,5%	8.458	812	9,6%	3.054.404	220.639	7,2%
6 meses	9.229.728	44.600	0,5%	8.474	813	9,6%	n.d.	n.d.	n.d.

Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Gráfico 4.  
Evolução do número de mortos por Covid-19, H1N1 e SARS, Mundo



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

confirmados, a grande maioria ainda na China (79.394). Sem restrições à mobilidade das pessoas, o número de contaminados pela gripe suína alcançou 340 mil aos 80 dias, número superior ao do Covid-19 (242 mil), que nesses 20 dias adicionais já experimentava os efeitos do isolamento social na China.

Aos 120 dias de epidemia (quatro meses), contudo, o recrudescimento das taxas de contaminação propiciado, inicialmente, pela expansão do vírus na Europa e, posteriormente, nos Estados Unidos, já havia invertido a situação. O número de casos da gripe suína (2,090 milhão) era de apenas 67% dos 3,138 milhões de contaminados pelo coronavírus no mundo. A gripe suína, que continuou sem restrições de mobilidade e foi enfrentada apenas com barreiras em aeroportos e cancelamento de aulas nos primeiros meses, já atingia 9,2 milhões de pessoas no mundo ao final do sexto mês da epidemia segundo dados da Organização Mundial da Saúde. Isso gera preocupação, pois, mantida a proporção atual, o número de contaminados por coronavírus pode facilmente superar milhões no final do sexto mês. A Tabela 1 detalha essas informações.

A outra diferença entre as duas epidemias é o padrão de mortalidade, que é relativamente elevada no caso do coronavírus, o que constituiu um agravante ao problema. Aos 120 dias de epidemia, a mortalidade entre as pessoas infectadas por H1N1 estava estabilizada em torno de 0,5%. Nessa mesma fase, a mortalidade por Covid-19 era de 15 vezes a da gripe suína, com taxa de 7,2%, padrão mais próximo ao da epidemia dos SARS de 2003. A conjunção de uma taxa de mortalidade mais elevada com um ritmo de infecção também mais elevado que o da gripe suína explica a grande diferença entre o número de mortos aos 120 dias nas duas epidemias: 10,1 mil por H1N1 contra 220,6 mil mortos em consequência da contaminação por coronavírus (Tabela 1). Isso indica que, na atual pandemia, o número de mortos é 22 vezes o da gripe suína. O Gráfico 4 ilustra essa trajetória.

## A situação do Brasil

A velocidade de propagação, a morbidade e a mortalidade pela síndrome respiratória consequente do coronavírus causam apreensão. Isso porque, no Brasil, as doenças respiratórias tradicionais (influenza e pneumonias), que são vastamente estudadas pela medicina e com protocolos consolidados há anos, têm um padrão de mortalidade bastante distinto do observado no coronavírus. Alguns dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada pelo IBGE, complementadas com informações do Ministério da Saúde, permitem verificar pontos importantes com relação a essa questão.

Segundo a PNS de 2013, uma pesquisa domiciliar que avaliou as condições de saúde da população brasileira, 79,962 milhões de brasileiros se afastaram de suas atividades rotineira em razão de problemas respiratórios, que incluem: resfriado, gripe, asma, bronquite e pneumonia. Isso significa dizer que 4 em cada 10 brasileiros sofreu de problemas dessa natureza e teve que se afastar do trabalho ou do estudo por pelo menos um dia naquele ano. Em média, essa população ficou 4,3 dias afastada de suas atividades, com prejuízos profissionais ou educacionais, principalmente. Do total de pessoas que se afastaram por doenças respiratórias, 43,033 milhões (53,8%) procuraram algum tipo de assistência de saúde que inclui consultas médicas, consultas ambulatoriais, internações ou até auxílio em farmácias.

Segundo os dados do DATASUS, em 2013 houve 1,313 milhão de internações por doenças respiratórias na rede do SUS. Dessas, 722 mil referiam-se a casos de influenza (gripe) e de pneumonias. Além das internações na rede hospitalar do SUS, estima-se que houve outras 700 mil internações por doenças respiratórias em hospitais privados e clínicas, totalizando cerca de 2 milhões de casos naquele ano. Isso indica que aproximadamente 3 em cada 100 ocorrências de doenças respiratórias resultaram em internações hospitalares no Brasil.

As estatísticas do Ministério da Saúde apontam para um total de 137,8 mil óbitos por doenças respiratórias naquele ano. Isso implica que a cada 100 pessoas internadas com essas doenças em hospitais do Brasil, 7 incorreram em óbito. A taxa de mortalidade (mortes por acometidos pelas doenças) ficou em torno de 0,2%, mais baixa que a da gripe suína.

Os dados mais recentes do DATASUS reforçam esses pontos. Em 2019, houve 1,184 milhão de internações na rede do Sistema Único de Saúde (SUS) por problemas respiratórios (doenças do Capítulo 10 da lista de morbidades CID-X) em todo território nacional. Desse total, 654 mil internações (ou 55,2%) foram de pacientes com influenza (gripe) ou pneumonias. Esse montante de internações correspondeu a 5,4% de todas as internações ocorridas na rede do SUS em 2019. Essas internações por influenza e por pneumonias ocuparam 5,8 dias, em média, dos leitos hospitalares da rede do SUS e custaram ao governo federal R\$ 689,4 milhões.

A taxa de mortalidade associada a essas internações por influenza e pneumonias é preocupante no Brasil. A falta de estrutura e de pessoal acabam

possibilitando uma frequência maior de óbitos. Em 2019, 60,8 mil das 654 mil pessoas internadas no SUS por influenza ou pneumonias faleceram após internações longas. Isso indica uma taxa de mortalidade de 9,3%, ou seja, 9 em cada cem pessoas internadas no SUS por influenza ou pneumonias morreram. As 60,8 mil pessoas que faleceram desse problema representaram 11,6% do total de óbitos ocorridos na rede hospitalar do SUS naquele ano. Isso indica que os casos de influenza e pneumonias são problemas de saúde relativamente graves no Brasil.

Como indicam os dados da Tabela 2, o risco de morte após internações é crescente com a idade, concentrando a maior parte das mortes na população com mais de 60 anos. Segundo os dados do SUS, 82,7% das pessoas que faleceram por influenza ou pneumonias no Brasil em 2019 tinham mais de 60 anos de idade. A relação entre mortes e internações e por doenças respiratórias comuns chegou a 23% na população com idade superior a 80 anos.

Confrontando os padrões de internação e óbito por doenças respiratórias no Brasil (influenza, pneumonias e coronavírus) com os dados da epidemia de

**Tabela 2.**  
Número de internações e número de óbitos por Influenza e pneumonias no Brasil, hospitais da rede do SUS, 2019

Faixa etária	Internações			Mortes			Mortes		
	Influenza	Pneumonia	Total	Influenza	Pneumonia	Total	Influenza	Pneumonia	Total
Menor 1 ano	1.908	76.719	78.627	10	639	649	0,5%	0,8%	0,8%
1 a 4 anos	3.355	116.545	119.900	4	383	387	0,1%	0,3%	0,3%
5 a 9 anos	1.239	31.927	33.166	5	144	149	0,4%	0,5%	0,4%
10 a 14 anos	670	11.969	12.639	1	149	150	0,1%	1,2%	1,2%
15 a 19 anos	697	9.502	10.199	6	251	257	0,9%	2,6%	2,5%
20 a 29 anos	1.173	19.852	21.025	7	715	722	0,6%	3,6%	3,4%
30 a 39 anos	1.168	24.065	25.233	21	1.221	1.242	1,8%	5,1%	4,9%
40 a 49 anos	1.142	30.646	31.788	43	2.241	2.284	3,8%	7,3%	7,2%
50 a 59 anos	1.482	45.216	46.698	66	4.630	4.696	4,5%	10,2%	10,1%
60 a 69 anos	1.633	66.793	68.426	101	8.713	8.814	6,2%	13,0%	12,9%
70 a 79 anos	1.769	86.456	88.225	129	14.012	14.141	7,3%	16,2%	16,0%
80 anos e mais	2.093	115.800	117.893	276	26.989	27.265	13,2%	23,3%	23,1%
<b>Total</b>	<b>18.329</b>	<b>635.490</b>	<b>653.819</b>	<b>669</b>	<b>60.087</b>	<b>60.756</b>	<b>3,6%</b>	<b>9,5%</b>	<b>9,3%</b>

Fonte: DATASUS, Ministério da Saúde.



coronavírus na Itália (Figura 1) no início de março, já se colocavam sérias dúvidas com relação à capacidade efetiva de o sistema de saúde brasileiro lidar com uma potencial contaminação em massa, visto que ele está concebido para um ambiente com demandas menores e menos graves. Disso decorria a urgência do afastamento das pessoas com restrições severas. O custo da demora na implantação de políticas adequadas poderia ter levado o país a experimentar demandas de saúde inexecutáveis e taxas de mortalidade inéditas.

As estatísticas italianas apontam para taxas de mortalidade por coronavírus muito superiores à da influenza e pneumonias tradicionais no Brasil. Como dito anteriormente, os dados históricos do país indicam que apenas 0,27% das pessoas adoecidas por influenza e pneumonias no Brasil morreram em 2019. Na Itália, havia 28,236 mil mortos em 2 de maio para um total de 207,428 mil casos confirmados (mortalidade de 13,6%). As informações brasileiras no balanço do coronavírus

em 2 de maio, quando havia 6.329 mortos por coronavírus, indicava uma taxa de mortalidade de 6,9%. Essa taxa é, portanto, 25 vezes a da influenza e das pneumonias tradicionais no Brasil. Com o avanço da doença nas próximas semanas, a taxa de mortalidade pode chegar a ser 50 vezes maior que aquelas com as quais o país estava acostumado em termos de doenças respiratórias.

O Gráfico 5 traz as taxas de mortalidade por coronavírus em alguns países em óbitos por milhão de habitantes no dia 2 de maio. Nota-se que o Brasil tinha nesse dia uma posição intermediária: 29,8 mortes por milhão de habitantes. A taxa brasileira é menor que a dos países europeus, onde a epidemia está instalada há mais tempo, mas é superior às dos países asiáticos onde a contaminação também começou antes: China (3,2), Coreia do Sul (4,9) e Japão (3,6). Comparada com as taxas dos países da América Latina e Caribe, a frequência de mortes no Brasil também é muito elevada. Chile, México, Argentina, Cuba, Bolívia, Uruguai, Venezuela e Haiti têm taxas menores que a

Figura 1.  
Doenças respiratórias no Brasil e situação do coronavírus na Itália

	Brasil (2019) Influenza e pneumonias	Brasil (2020) SARS Covid-19	Itália (2020) SARS Covid-19
 → 	30 em cada 1.000 pessoas com doença respiratória requereram internação hospitalar	205 em cada 1.000 pessoas contaminadas requereram internação hospitalar	170 em cada 1.000 pessoas contaminadas requereram internação hospitalar
 → 	93 em cada 1.000 internações resultaram em morte	3 em cada 1.000 internações resultaram em morte	8 em cada 1.000 internações resultaram em morte
 → 	3 de cada 1.000 pessoas contaminadas morreram	69 de cada 1.000 pessoas contaminadas morreram	136 de cada 1.000 pessoas contaminadas morreram

Fonte: Ministério da Saúde do Brasil e Ministério da Saúde da Itália.

do Brasil. Apenas o Equador está acima do padrão brasileiro, com índice de 60,3 mortes por milhão de habitantes.

O Gráfico 6 traz a comparação internacional em termos de mortes por número de pessoas contaminadas. Nesse caso, a situação brasileira é notadamente pior. No Brasil, 6,9% dos casos confirmados de infecção por coronavírus vieram a óbito até o dia 2 de maio. A percentagem supera as dos países da América Latina e Caribe, com exceção de Haiti e México e fica acima da taxa norte-americana. França, Reino Unido, Itália e Espanha, as maiores incidências da doença na Europa, também registraram as maiores taxas de mortalidade.

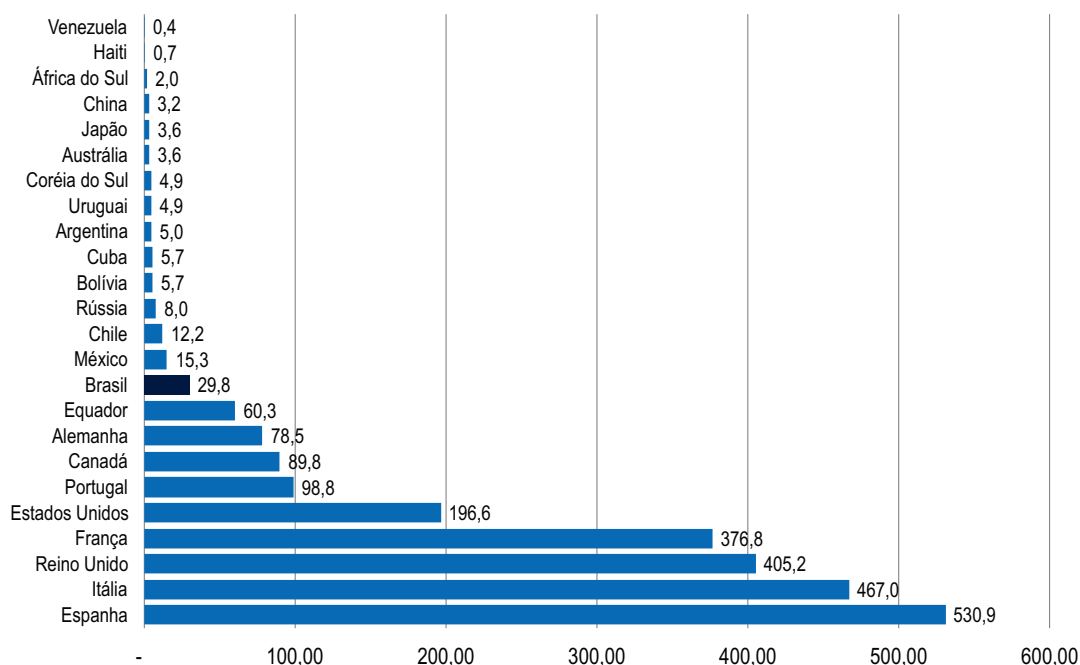
O Mapa 1 traz a taxa de incidência de pessoas infectadas por 100 mil habitantes nos municípios brasileiros em 2 de maio. As faixas vão de 0 a 2,9 infectados a cada 100 mil habitantes (cor azul claro) a 68,6 a 914,7 infectados por 100 mil habitantes (cor violeta escura). As áreas em amarelo

claro são municípios sem casos comprovados de contaminação.

Nota-se claramente a concentração da doença nas áreas costeiras do país e no entorno das capitais e regiões metropolitanas. Vale destacar, em primeiro lugar, que as cidades brasileiras pertencentes ao nível superior apresentam taxas de incidência tão elevadas quanto as observadas na maioria das cidades dos Estados Unidos, França, Alemanha, Itália e Espanha, países em que a doença avançou de forma severa.

Em termos relativos, o Norte do país concentra vários municípios com taxas de incidência muito elevadas – acima de 25 pessoas contaminadas por 100 mil habitantes. Manaus, com incidência de 160 casos por 100 mil habitantes, e seis outros municípios da Região Metropolitana de Manaus figuram como as cinquenta cidades brasileiras com maior incidência da doença. São eles: Manacapuru (501 casos por 100 mil habitantes),

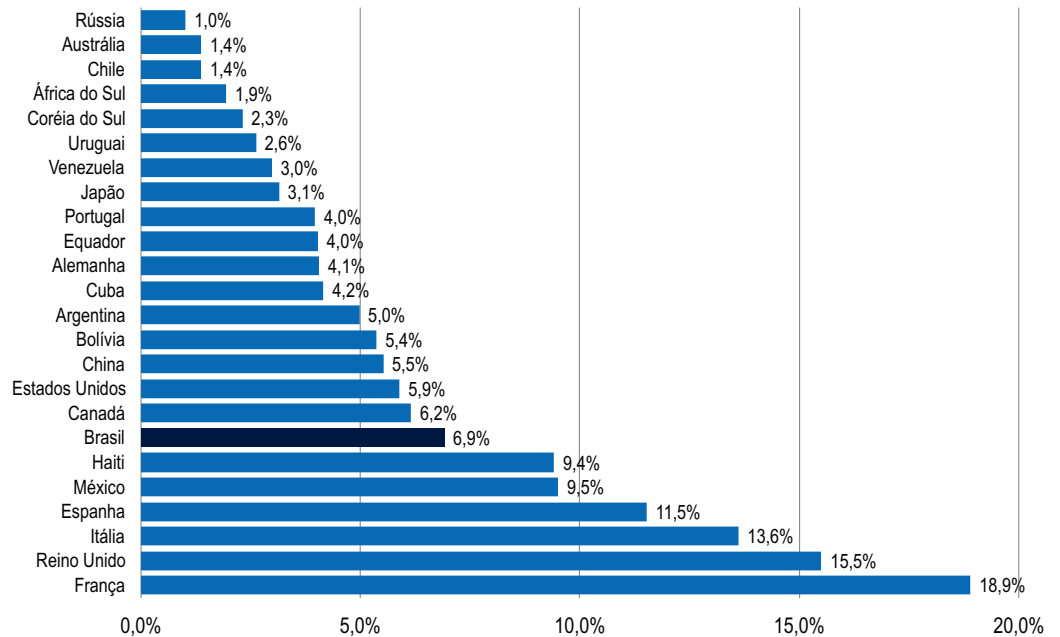
**Gráfico 5.**  
Taxa de mortalidade em óbitos por milhão de habitantes,  
2 de maio de 2020, países selecionados



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Gráfico 6.

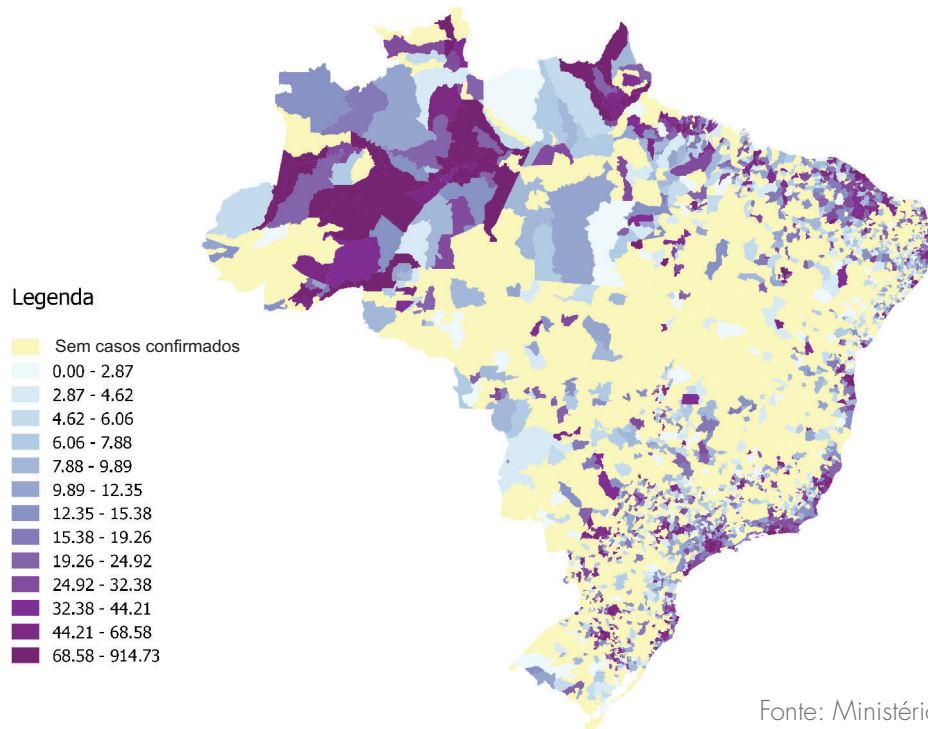
Taxa de mortalidade em óbitos por número de pessoas contaminadas,  
2 de maio de 2020, países selecionados



Fonte: Organização Mundial da Saúde.

Mapa 1.

Taxa de incidência de casos confirmados por 100 mil habitantes,  
2 de maio de 2020, Brasil



Fonte: Ministério da Saúde.

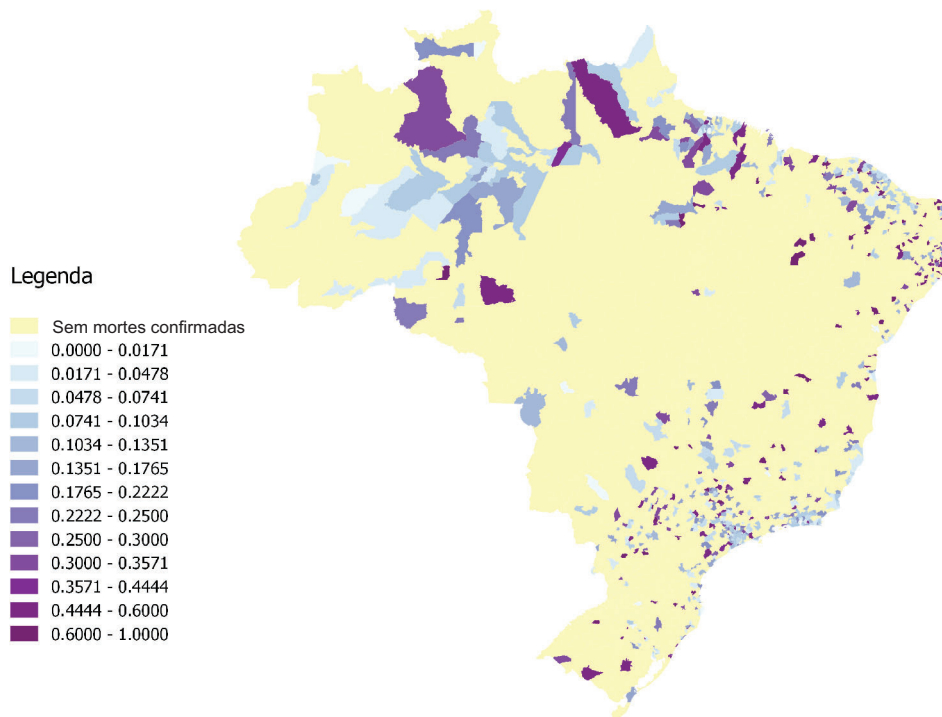
Irlanduba (298 casos por 100 mil habitantes), Rio Preto da Eva (288 casos por 100 mil habitantes), Careiro (259 casos por 100 mil habitantes), Autazes (200 casos por 100 mil habitantes) e Presidente Figueiredo (165 casos por 100 mil habitantes).

No Nordeste brasileiro, os focos mais intensos ocorrem no Maranhão, Ceará e Pernambuco. São Luís é a capital brasileira com maior incidência (255 casos por 100 mil habitantes) e o terceiro município mais populosos do estado, São José do Ribamar, tinha 118 casos por 100 mil habitantes. Fortaleza é a segunda capital brasileira com maior incidência (228 casos por 100 mil habitantes) e Eusébio e Itaitinga, ambas na região metropolitana, também têm incidência elevada (144 e 129 casos por 100 mil habitantes, respectivamente). Recife, com 260 casos por 100 mil habitantes, é a terceira capital em pior situação no país e três cidades de sua região metropolitana – São Lourenço da Mata,

Camaraçibe, Olinda e Paulista – tinham taxas superiores a 130 casos por 100 mil habitantes. Fernando de Noronha figura como o município com a maior incidência no Brasil: 915 casos por 100 mil habitantes.

No Sudeste, as situações mais críticas são as do Estado de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A cidade de São Paulo, que é a maior do país, tinha 156 casos por 100 mil habitantes em 2 de maio, e Santos, 138 casos por 100 mil habitantes. Outras quatro cidades da Região Metropolitana de São Paulo tinham mais de 100 casos por 100 mil habitantes: São Caetano do Sul, Barueri, Osasco e Santana de Parnaíba. No Espírito Santo, Vitória, Vila Velha, Serra e Fundão, todas na região metropolitana da capital, tinham taxas elevadas, superiores a 100 casos por 100 mil habitantes. A capital do estado do Rio de Janeiro tinha incidência de 92 casos por 100 mil habitantes e Volta Redonda, de 99 casos por 100 mil habitantes. Itaboraí,

**Mapa 2.**  
Taxa de mortalidade em óbitos por caso confirmado,  
2 de maio de 2020, Brasil



Fonte: Ministério da Saúde.

Mesquita e Niterói, todas na região metropolitana, tinham taxas relativamente elevadas no estado: 95,93 e 79 casos por 100 mil habitantes.

A região Sul do país também estava bastante afetada, mas de forma mais dispersa que as outras regiões brasileiras. Das 175 cidades brasileiras que fazem parte do grupo de maior incidência (Mapa 1), os quais tinham taxas superiores a 68 casos por 100 mil habitantes, mais de um-terço são dos estados do Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul. Na sua maioria, são cidades de porte médio ou pequeno, com exceção de Florianópolis, que registrava taxa de 64 casos por 100 mil habitantes. Por Alegre e Curitiba registravam 23 e 31 casos a cada 100 mil habitantes, respectivamente.

No Centro-Oeste, a situação está relativamente melhor. As capitais dos estados tinham taxas de incidência entre 15 e 30 contaminados a cada 100 mil pessoas. O Distrito Federal registrava índice de 38 casos a cada 100 mil habitantes.

O Mapa 2 traz a taxa de mortalidade em óbitos por pessoas com contaminação confirmada por teste. Os municípios nas faixas de cor azul claro são os que apresentavam menor mortalidade (menos de

1,7%) e as cidades nas faixas violeta escuro tinham taxas de mortalidade superiores a 60%. Os municípios em amarelo claro ainda não tinham mortes confirmadas.

Em primeiro lugar, vale destacar que em 77 cidades, distribuídas por todas as regiões do país, a taxa de mortalidade alcançou 100%. Muito provavelmente, essa estatística reflete tão-somente a prática de confirmar a contaminação apenas para expedição do laudo da causa da morte. Também nessa situação provavelmente estão as 145 cidades com taxa de mortalidade superiores a 35,7%.

Contudo, causa muita preocupação o número de cidades com taxas de mortalidade de 10% ou mais. Esse patamar é considerado muito elevado para o padrão internacional. Nele se situam os casos europeus mais contundentes: Espanha (11,5%), França (18,9%), Reino Unido (15,5%) e Itália (13,4%). Nessa situação, estavam 423 (91,7%) das 686 cidades em que houve ao menos uma morte derivada da infecção por coronavírus. Nesse grupo estavam várias cidades das regiões metropolitanas de Manaus, São Paulo, Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em geral, são cidades populosas e figuram entre as mais pobres.



# 3

## EFEITOS NA ECONOMIA MUNDIAL

A ocorrência de um número muito elevado de mortes pela doença no mundo – mais de 238 mil até 2 de maio de 2020 – com destaque negativo para os Estados Unidos, Itália, Espanha, França, Reino Unido, Bélgica, Alemanha, Brasil, Irã, Holanda e China – levou os governos a adotarem medidas extremas de controle da propagação do vírus, com severas restrições à mobilidade das pessoas. Essas medidas, vistas como as únicas possibilidades preventivas do crescimento desordenado da epidemia, e que serão capazes de evitar milhões de mortes, foram seguidas pela imensa maioria dos países.

São justamente essas medidas que causam impactos de curto prazo severos nas economias nacionais e na economia mundial. Isso não quer dizer, contudo, que haja algum dilema entre as medidas adotadas para preservar a saúde pública, de um lado, e o desempenho da economia global, de outro. Ao contrário, sem as medidas, o impacto econômico poderia ser muito maior e durador.

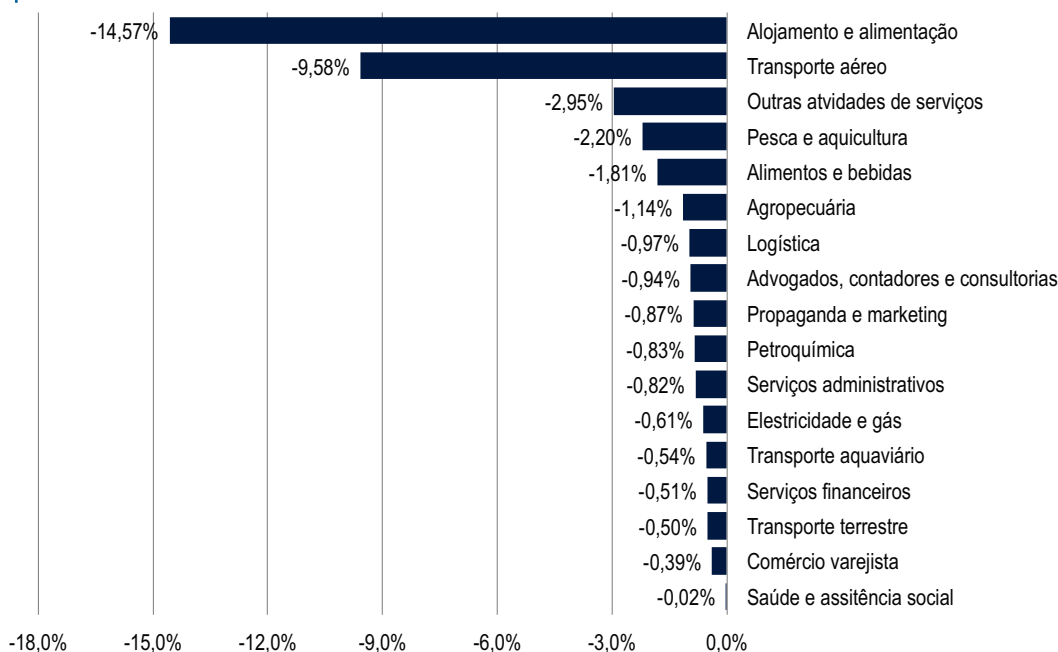
O avanço sem restrições da epidemia levaria a uma situação extrema de número de pessoas infectadas e de mortos. Dado que é elevada a velocidade de contaminação, a solução espontânea da crise viria naturalmente após alguns meses (seis ou sete, provavelmente), mas a um custo muito elevado.

Possivelmente 60% da população mundial iria se contaminar, como ocorre no caso das gripes, o que equivale dizer que, ao longo do ano de 2020, 4,7 bilhões de pessoas contrairiam o novo vírus e quase 1 bilhão de pessoas desenvolveriam as formas mais graves da doença (20% dos contaminados). Com a mortalidade rodando entre 7% e 10% (mortes por pessoas contaminadas), esse cenário natural implicaria de 327 a 468 milhões de mortes ao redor do mundo. Isso equivaleria a uma redução entre 4,2% a 6,0% da população mundial em apenas um ano. Os desdobramentos desse cenário sobre o comportamento do consumo, dos investimentos e do comércio internacional seriam incalculáveis.

Entendida a inequívoca necessidade das restrições, para preservar ao mesmo tempo a saúde pública e a economia no longo prazo, cabe avaliar como elas interferem no curto prazo economia. Ao contrário das crises econômicas clássicas, que se iniciam com a deterioração dos fundamentos que dão estabilidade às economias nacionais, e se propagam com a perda de confiança, postergação de investimentos, redução do emprego etc., a crise atual se origina nas reduções drásticas de demanda por produtos e serviços e retração da produção de bens nas regiões afetadas pela epidemia. Por se tratar de uma pandemia, o movimento é global.

## Gráfico 7.

Impacto da queda de demanda por serviços de turismo no PIB mundial, por setores selecionados, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

A limitação de ir e vir retira força de trabalho da produção, assim como um racionamento de energia elétrica provoca o desligamento de máquinas. A queda de produção induz a perda de renda, o que reduz o consumo das famílias e das empresas. A retração do consumo é reforçada pela proibição de certas atividades econômicas serem exercidas em locais que concentram pessoas e pela perda de confiança de consumidores e empresários. Nesse contexto, há a combinação de um choque negativo de demanda com um choque negativo de oferta, potencializando os efeitos sobre as economias dos diversos países. As perdas de um país afetam as demais economias, amplificando o efeito depressivo.

### Crise no turismo

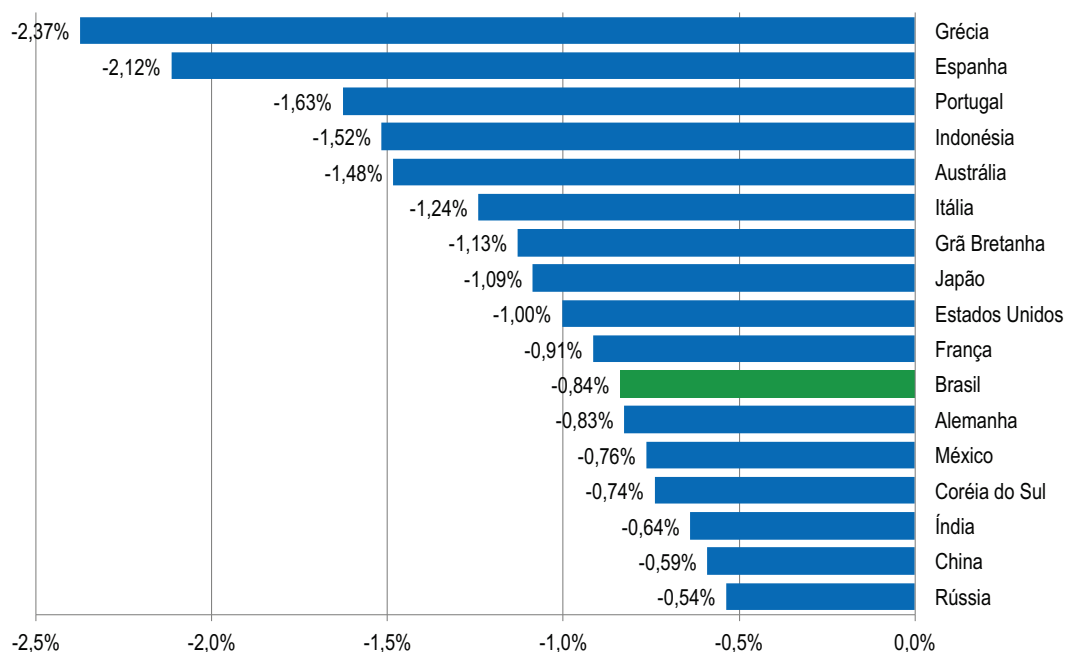
Um bom exemplo desse mecanismo é o efeito das restrições à mobilidade sobre o turismo. O fechamento de fronteiras locais, regionais e nacionais bloqueia de forma imediata o trânsito de pessoas e provoca um choque expressivo sobre a demanda de serviços de turismo. As cidades turísticas ficam

vazias antes mesmo de serem impostas limitações ao trânsito de passageiros, pois as restrições se iniciam pelo fechamento de atividades culturais, esportivas e de turismo de negócios (feiras, convenções e congressos).

A limitação do trânsito internacional de passageiros e o fechamento de museus, teatros, zoológicos, restaurantes e cafés têm impacto não apenas nas empresas e trabalhadores diretamente afetados pelas restrições, como é o caso crítico das companhias aéreas, agências de turismo, hotéis, casas de espetáculo, etc., mas também nas atividades que fornecem insumos para a produção dessas empresas. Durante a paralisação do turismo, cai o consumo de combustível das aeronaves, cai a demanda por bens agrícolas para a produção de refeições, cai a procura dos hotéis por serviços de lavanderia e assim por diante. Quando a paralisação afeta o emprego e os salários na economia, o que pode se dar de maneira rápida em alguns segmentos como o de profissionais autônomos, há um terceiro efeito que é a redução de consumo local das famílias afetadas pela perda de renda (efeito induzido).



Gráfico 8.  
Impacto da queda de demanda por serviços de turismo no PIB  
de algumas economias selecionadas, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

Estimativas feitas para este documento com base na matriz insumo-produto mundial (*World Input-Output Database*), uma base de dados que reúne informações sobre todas as transações econômicas no mundo, sejam elas domésticas ou internacionais, revelam o impacto imenso na economia global da paralisação do turismo provocada pelas restrições à mobilidade. Pressupondo que as restrições prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020 e que afetem a totalidade dos países, estima-se uma queda de PIB na cadeia produtiva do turismo mundial de US\$ 803 bilhões (valores a preços de 2018), o que representa 0,9% do PIB mundial. As perdas de emprego podem afetar 37,8 milhões de pessoas ocupadas em todo o mundo.

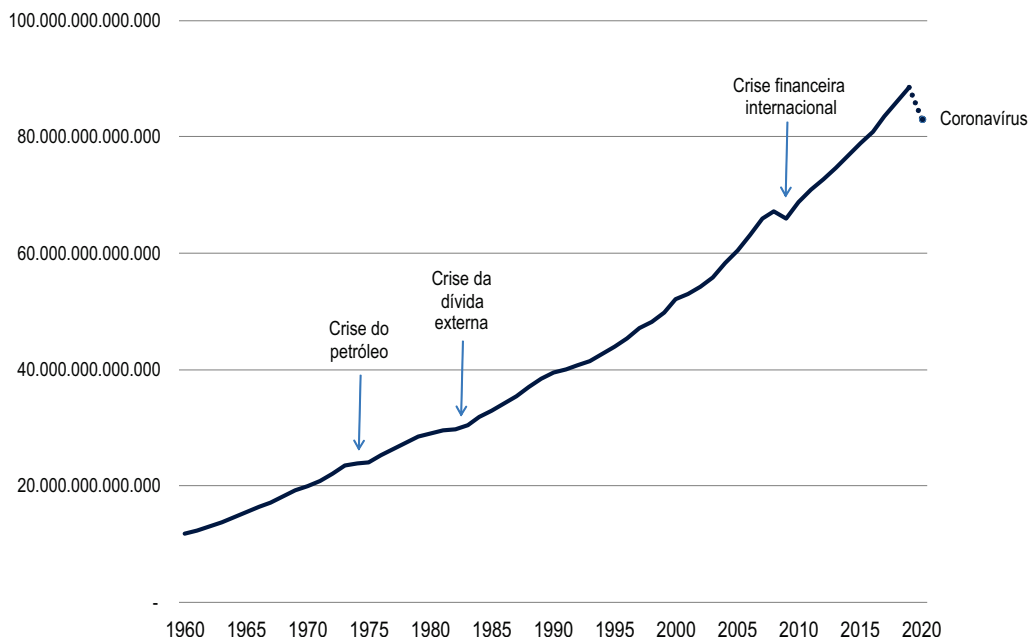
Os setores mais afetados são justamente o transporte aéreo, os serviços de alojamento e alimentação e as atividades culturais e esportivas. As economias mais atingidas por esse choque são aquelas que têm peso maior do turismo na renda nacional. O Gráfico 7 traz as estimativas de perdas para alguns setores de atividade selecionados e o Gráfico 8 traz as estimativas dos efeitos em diferentes países.

Estima-se que a queda de PIB do setor de alojamento e alimentação no ano de 2020 possa chegar a 14,6% no mundo caso as restrições à mobilidade prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020. O setor de transportes aéreos deve perder algo em torno 10% de seu PIB. A distribuição por setores de atividade desses impactos mostra o efeito em cadeia: o setor industrial que produz alimentos e bebidas deve sofrer redução de 1,8% do PIB e o segmento de outras atividades de serviços, onde estão as lavanderias, por exemplo, deve perder quase 3% de sua renda. As economias que devem sofrer mais com a queda do turismo mundial são: Grécia (-2,4%), Espanha (-2,1%), Portugal (-1,6%), Indonésia (-1,5%), Austrália (-1,5%) e Itália (-1,2%).

Em termos de postos de trabalho, a crise no turismo internacional deve afetar um contingente elevado de pessoas. Se o ajuste do número de pessoas ocupadas for feito na mesma proporção da redução de produção, a crise de demanda do setor de turismo provocará o fechamento de 37,8 milhões de postos de trabalho em todo mundo, o que

## Gráfico 9.

## Evolução do PIB mundial, em US\$ a preços constantes de 2019, 1960 a 2020\*



Fonte: Banco Mundial. (\*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

equivalerá a 1,1% da força de trabalho mundial em 2019.

### Efeitos globais

O fechamento de fronteiras locais, regionais e nacionais têm outros efeitos severos sobre a atividade econômica que vão muito além do turismo. As chamadas medidas de distanciamento social interferem no ritmo de aulas dos estudantes, na escala de trabalho dos empregados e nos hábitos de consumo. Bares, cafés e restaurantes ficam fechados, as atividades de centros comerciais são interrompidas, escritórios são esvaziados e suas atividades continuam parcialmente de forma remota. Indústrias de alguns setores param de operar e o comércio de vários artigos fecha as portas. As famílias concentram suas compras em bens de primeira necessidade – alimentos, produtos de higiene e remédios – e postergam ou cancelam as outras despesas, principalmente de bens duráveis e de capital. Cai abruptamente a demanda por serviços pessoais – academias, cabeleiros etc. – e até uma parte da demanda por serviços de saúde acaba sendo postergada.

Trabalhando com a mesma premissa aplicada na análise do turismo, ou seja, que as restrições à mobilidade prevaleçam por 60 a 90 dias ao longo de 2020 e que venham a afetar a totalidade dos países, estima-se uma queda de PIB na economia mundial de 5,9% este ano na comparação com 2019. Isso equivale a uma perda econômica de US\$ 5,184 trilhões (valores a preços de 2018). Na ausência de políticas compensatórias, esta seria a maior queda na economia mundial já registrada na história moderna, com efeito muito agudo sobre o desemprego e a pobreza.

O Gráfico 9 traz a evolução do PIB mundial desde 1960 em US\$ a preços de 2018. Vê-se claramente que as projeções indicam uma crise muito superior em magnitude às observadas em 2009, durante a crise financeira internacional, na crise da dívida externa (início da década de 1980) ou na crise do petróleo em meados da década de 1970.

As perdas de emprego podem afetar 199 milhões de pessoas ocupadas em todo o mundo na média anual, ou seja, 5,7% da força de trabalho mundial. Nos meses de abril e maio de 2020 o impacto deve ser muito mais severo.

Vale observar que esse montante gigantesco é um limite superior do número de pessoas afetadas que ocorreria apenas na situação em que o ajuste do número de pessoas ocupadas fosse feito na mesma proporção da redução de produção. O mais provável é um número um pouco menor de perdas de postos de trabalho que resultaria de ajustes com redução de produtividade, poupando contratos de trabalho. Essa saída, contudo, afetaria de forma mais intensa a rentabilidade das empresas, o que tem reflexos tardios sobre os investimentos e custos de produção.

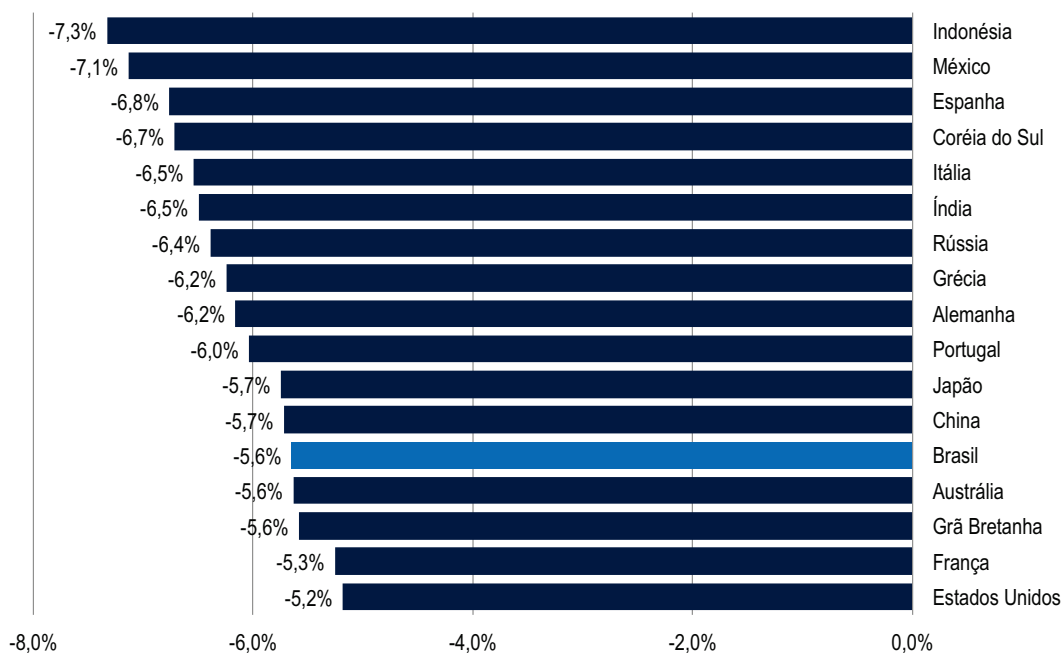
As simulações que levam em consideração as perdas de demanda em todos os bens e serviços da economia mundial e seus efeitos sobre os setores de atividade econômica mostram impactos diversos entre países e atividades. O Gráfico 10 traz as estimativas de perdas para alguns países selecionados e o Gráfico 11 traz as estimativas dos efeitos em diferentes setores de atividade econômica do agregado da economia mundial.

Os Estados Unidos, dada a grande diversificação de sua produção e o peso de setores que serão relativamente pouco afetados, sofreriam o menor impacto. Ainda assim, haveria uma recessão que pode chegar a 5,2% em 2020. O Brasil seria um país com efeito intermediário com 5,6% de recessão. As piores crises seriam sentidas na Indonésia, México, Espanha, Coreia do Sul, Itália e Índia, economias com elevada produção industrial ou peso alto do turismo na geração de renda e emprego.

Em termos setoriais, pelos efeitos já mencionados no turismo e pela demanda encadeada da produção industrial, os serviços de transportes, de alojamento e alimentação e o comércio são as atividades que mais sofrerão com perdas de renda. Agropecuária e pesca devem ter perdas relativamente pequenas e o setor de saúde, por razões óbvias, deverá ter expansão de suas atividades.

Em termos de postos de trabalho, a crise mundial ocasionada pelo coronavírus deve afetar um

**Gráfico 10.**  
Impacto da queda de demanda global por mercadorias e serviços em algumas economias selecionadas, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

contingente jamais observado de trabalhadores. Considerando novamente um ajuste do número de postos de trabalho na proporção da redução de produção, a crise de demanda global provocaria o desemprego de 199 milhões de pessoas ocupadas em todo mundo, o que equivaleria a 5,7% da força de trabalho mundial em 2019. Obviamente essa é uma situação extrema, pois boa parte desse ajuste se dará na redução da produtividade da mão de obra e na remuneração dos trabalhadores. De qualquer forma, serão elevadíssimos os contingentes de pessoas com restrições de renda no curto prazo e da população que cruzará a linha de pobreza.

Os poucos dados estatísticos disponíveis até o momento dão conta de impactos que, de fato, devem caminhar no sentido e magnitude traçados no cenário acima. As principais notícias foram:

### China

- o A produção industrial da China sofreu queda de 13,5% no primeiro bimestre, já

computando o efeito de 40 dias de afastamento social.

- o Nesse período, o comércio varejista chinês teve mais de 20% de retração no faturamento.
- o Estimativas preliminares do PIB chinês apontam para retração de 6,8% no primeiro trimestre. Até o trimestre anterior, a economia chinesa vinha crescendo ao ritmo de 6,0% ao ano.

### Estados Unidos

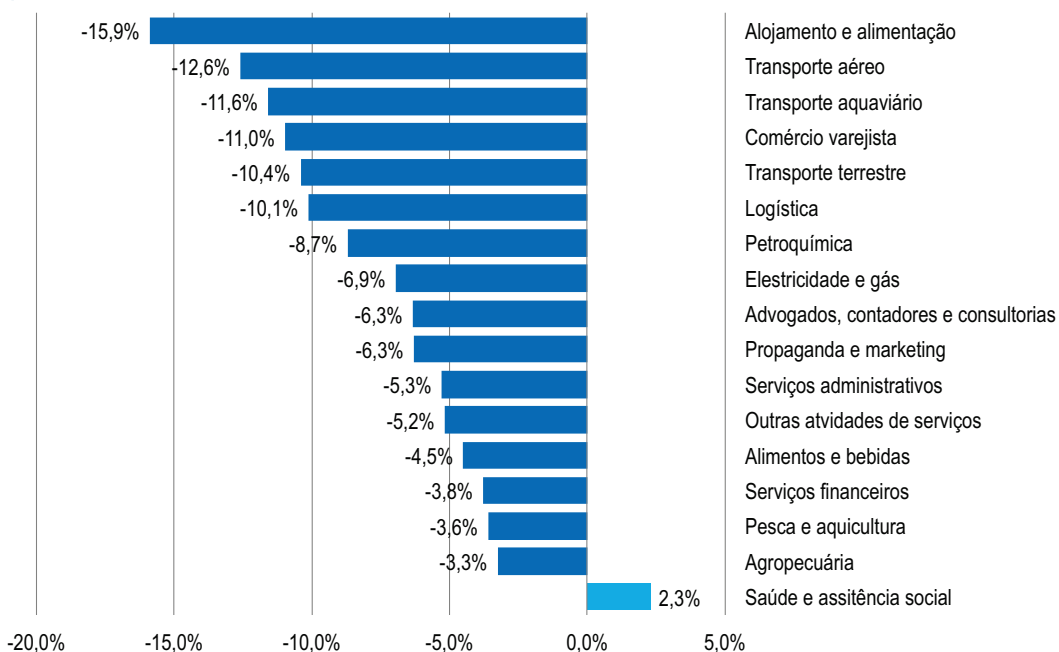
- o O número de pedidos de seguro desemprego foi de 30,3 milhões entre 15 de março e 25 de abril.
- o O PIB norte-americano caiu 4,8% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao primeiro trimestre do ano passado.

### Itália

- o O PIB da Itália sofreu retração de 4,7% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019; com relação a

## Gráfico 11.

Impacto da queda de demanda global por mercadorias e serviços no PIB por setores de atividade econômica, em (%)



Fonte: WIOD. Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

igual período do ano passado, a queda foi de 4,8%.

- o A projeção do governo italiano é de queda 8% do PIB em 2020.

### França

- o O PIB da França sofreu retração de 5,8% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019; com relação a igual período do ano passado, a queda foi de 5,4%.
- o O governo francês refez seu orçamento para 2020 projetando queda de 8% do PIB.

### Espanha

- o O PIB da Espanha sofreu retração de 5,2% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019; com relação a igual período do ano passado, a queda foi de 4,1%.
- o O Banco da Espanha projeta queda entre 6,6% e 13,6% do PIB espanhol em 2020.
- o A taxa de desemprego já se elevou para 14,4% da população economicamente ativa e pode atingir 20,8% da PEA até o final do ano segundo o FMI.

### Alemanha

- o O PIB da Alemanha sofreu retração de 1,9% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao último trimestre de 2019 e deve cair 9,8% no segundo trimestre.
- o O governo alemão projeta queda de 6,3% do PIB em 2020.

### Políticas compensatórias

Para enfrentar a crise econômica decorrente do coronavírus, vários governos já anunciaram políticas compensatórias. No início de março, o poder executivo dos Estados Unidos anunciou um

pacote de recursos da ordem de US\$ 700 bilhões para aumentar o crédito, salvar empresas em situação crítica, pagar salários em risco e compensar a perda de renda da população mais vulnerável. Esses valores foram revistos para cima e, até 23 de abril, o poder executivo federal já havia requisitado um orçamento incremental de quase US\$ 3 trilhões.

Na Europa, Alemanha, França, Itália e Espanha, quatro países fortemente afetados pela epidemia e pela crise econômica subsequente também anunciaram planos emergenciais e de recuperação. Na Alemanha, a intenção é usar EUR 1,1 trilhão de recursos fiscais para a recuperação econômica da crise provocada pelo coronavírus. A Espanha é segundo maior em termos de intenção de aumento das despesas fiscais, com elevação de 200 bilhões de euros. Na França, já foi anunciado um acréscimo de despesas compensatórias de bilhões de euros e na Itália, de 25 bilhões de euros. O governo da União Europeia deve estender essas medidas para os demais países num pacote global que deve alcançar 500 bilhões de euros.

A Coreia do Sul e o Japão ainda não anunciaram em detalhe seus planos, mas apontaram para aumentos de despesas públicas para combate à crise econômica causada pelo coronavírus de US\$ 32 bilhões e US\$ 1 trilhão. A China ainda não revelou em magnitude semelhante ao tamanho desses três países na economia mundial.

Na reunião do G20 realizada em 26 de março, os governos apresentaram a intenção de injetar mais de US\$ 4,8 trilhões de dólares na economia global em 12 meses. Esse montante de recursos compensatórios equivale a 5,4% do PIB mundial. Mesmo na situação de dispêndio proporcional e substantivo desses recursos em 2020, e considerando a hipótese de políticas de distanciamento social com duração de 60 a 90 dias em todos os países, ainda haveria redução na demanda agregada mundial e retração do PIB Mundial em razão da crise do coronavírus.

## Estratégias de saída do distanciamento social

A China e os países europeus começaram um lento e gradativo processo de retomada do convívio social, o qual permitirá a retomada das atividades econômicas nos próximos meses. Todos esses processos passam pelo monitoramento constante do avanço das doenças nas populações locais, principalmente em trabalhadores, e por mudanças de regras de convívio social. Todas privilegiam a retomada da produção de mercadorias e os pequenos e médios negócios de prestação de serviços.

Em Wuhan, após 76 dias do início do *lockdown*, com 50 mil pessoas curadas e 2,5 mil mortos, o governo iniciou um processo de retomada da mobilidade. Esse processo começa com a emissão de permissões pessoais de trânsito. Os residentes recebem em seus celulares um código QR verde atribuído pelo governo com a permissão para ir e vir do trabalho. Os empregadores devem validar o QR ou emitir uma carta. Em comunidades residenciais onde nenhum caso novo foi relatado nos últimos 14 dias, uma pessoa por família recebe um código QR verde para deixar seus condomínios por duas horas por dia para a realização de compras. Os ônibus públicos e trens subterrâneos começaram a retomar o serviço, com volume maior de carros por passageiro. O ajuste da frota em operação é possível pelo planejamento e pela leitura on line do QR que identifica a demanda. Empresas e lojas reabriram gradualmente: em 3 de abril, 10.641 fábricas e negócios de grande escala na cidade (que representam 91,4% do total de empresas) já estavam reabertos.

Na Itália, o processo de reabertura após *lockdown* também começou com as redefinições da política de transportes. Foram criadas faixas de diferencia-

ção tarifária para distribuir a demanda, evitando horários de pico e aglomerações. Está havendo um processo de reestruturação e readequação dos acessos aos transportes públicos, com percursos de entrada e saída distintos e com disposição de estações de monitoramento e higienização das pessoas ao longo dos percursos nas estações de transportes. O governo estabeleceu o uso obrigatório de luvas e máscaras em aeronaves. Na cidade de Milão, o governo está promovendo a redução do uso de carros e reaproveitamento das ruas com maior espaço de calçadas e ciclofaixas. Essas medidas visam a aliviar o transporte público e permitir uma mobilidade com maior distanciamento das pessoas nas calçadas.

A retomada das atividades coletivas que envolvem grandes públicos – esportes, lazer, cultura e feiras de negócios, principalmente – ainda está em análise. Assim como vem ocorrendo nos transportes públicos, a infraestrutura dessas atividades deve passar por transformações para mitigar o risco de contágio. Mas por se tratar de atividades não essenciais, a reabertura deve se dar num estágio bem mais avançado da saída do afastamento social.

As fronteiras externas devem continuar com fortes limitações de trânsito de pessoas e, no caso dos países que não conseguirem conter a epidemia, pode haver restrições ao trânsito de mercadorias. A retomada do comércio internacional, por esse motivo, será mais lenta.

As atividades escolares e acadêmicas nos países do hemisfério norte devem ser retomadas, em sua maioria, no segundo semestre deste ano, apenas. O reinício dessas atividades em algumas comunidades menores desses países já se iniciou, mas ainda está em fase de avaliação dos efeitos.

# 4

## EFEITOS NA ECONOMIA BRASILEIRA

Os efeitos da crise na economia brasileira devem ser severos, com reflexos na produção, no emprego e na geração de tributos. Para detalhar esses efeitos do ponto de vista setorial, foram feitas estimativas adicionais com base nas Contas Nacionais do Brasil de 2017, que é a última atualização disponível. Os dados monetários estão a preços de 2017 e a fonte das informações é o IBGE.

### Impactos setoriais

A Tabela 3 traz as estimativas de impacto setorial no PIB e na ocupação para os setores da economia brasileira. Caso não sejam adotadas medidas compensatórias adequadas, a agropecuária poderá ter uma redução de PIB de 3,8%. Essa queda virá da redução de demanda doméstica por bens agrícolas e por combustíveis. Se o ajuste do emprego for proporcional ao da produção, a perda de postos de trabalho pode chegar a 500 mil pessoas.

As perdas na indústria extrativa mineral devem ser maiores. Neste caso, além das quedas de produção física, esperam-se reduções de preços, como o

do petróleo e o do minério de ferro, o que afeta o valor adicionado pelas empresas duplamente. A queda do PIB pode chegar a 8,6% e a perda de empregos pode somar 20 mil postos de trabalho.

A indústria de transformação deve responder por 20,8% da queda potencial de PIB da economia brasileira, com perdas estimadas de R\$ 66,6 bilhões. Em termos percentuais, essa retração representou 9,4% do PIB industrial de 2017. As perdas de emprego podem alcançar mais de 1 milhão de trabalhadores.

O PIB da construção civil brasileira pode cair 8,3% com a paralisação das obras de reformas e auto-construção por um período de 60 a 90 dias e a redução de novos empreendimentos privados. Neste aspecto deve pesar negativamente a baixa confiança das famílias e das empresas para investir. O ajuste sobre a mão de obra para acomodar essa redução e atividades deve alcançar 637 mil postos de trabalho. Vale lembrar que esse setor é o que sofreu as maiores perdas de renda e emprego desde a crise de 2015.

O comércio deve ser um dos setores com maiores contração de renda, redução de remunerações de seus trabalhadores e quedas das margens de comercialização. Espera-se uma queda de 10,6% no PIB comercial do país com potencial de fechamento de 2 milhões de postos de trabalho. Boa parte dessas ocupações é de trabalhadores autônomos do comércio, grupo que inclui duas categorias profissionais muito numerosas: a de representantes comerciais e a de ambulantes.

O setor de serviços deve ser o menos prejudicado na crise, muito embora alguns segmentos devam

sofrer grandes perdas. Em conjunto, os serviços devem perder 3,4% de seu PIB e quase 2,3 milhões de postos de trabalho podem ser afetados caso o ajuste do emprego siga a queda da produção.

Os segmentos com maiores perdas devem ser o setor de transportes, com queda de renda de 10,5%, de alojamento e alimentação, cuja queda do PIB pode alcançar 16,9%, e o de serviços profissionais – formado por escritórios de advocacia, contadores, arquitetos e engenheiros – cujas perdas devem alcançar 6,2% da renda. As ocupações que podem ser encerradas nesses três segmen-

**Tabela 3.**  
Impactos sobre a renda e o emprego na economia brasileira, por setor de atividade econômica

	PIB (R\$ milhões)			Ocupação (pessoas)		
	Base 2017	Impacto	(%)	Base 2017	Impacto	(%)
Agropecuária, extrativa vegetal e pesca	302.971	-11.486	-3,8%	13.077.397	-496.663	-3,8%
Extrativa mineral	90.577	-7.784	-8,6%	233.295	-20.050	-8,6%
Indústria de transformação	705.533	-66.596	-9,4%	10.739.251	-1.011.370	-9,4%
Alimentos e bebidas	145.887	-6.262	-4,3%	2.360.868	-101.331	-4,3%
Química	87.418	-8.334	-9,5%	425.334	-40.548	-9,5%
Produtos de borracha e plástico	29.234	-2.841	-9,7%	420.120	-40.822	-9,7%
Minerais não metálicos	22.664	-1.866	-8,2%	589.354	-48.529	-8,2%
Metais e produtos de metais	63.767	-6.496	-10,2%	876.572	-89.467	-10,2%
Máquinas e equipamentos	70.994	-8.331	-11,7%	689.366	-80.895	-11,7%
Equipamentos de transportes	56.781	-7.773	-13,7%	541.665	-74.918	-13,8%
Serviços de utilidade pública	156.110	-9.679	-6,2%	690.272	-40.254	-5,8%
Energia e gás	110.371	-7.265	-6,6%	156.189	-10.281	-6,6%
Água e esgoto	45.739	-2.557	-5,6%	534.083	-29.861	-5,6%
Construção	244.711	-20.272	-8,3%	7.692.147	-637.220	-8,3%
Comércio	745.797	-79.357	-10,6%	18.858.801	-2.013.950	-10,7%
Serviços	3.424.067	-117.066	-3,4%	50.325.854	-2.263.702	-4,5%
Transportes	245.531	-25.862	-10,5%	4.921.234	-527.068	-10,7%
Alojamento e alimentação	137.527	-23.200	-16,9%	5.675.571	-957.444	-16,9%
Telecomunicações, TI e comunicações	194.374	-1.017	-0,5%	1.295.255	-16.905	-1,3%
Tecnologia da informação	99.247	-49	0,0%	749.559	-368	0,0%
Serviços financeiros, previdência e seguros	429.463	-17.058	-4,0%	1.195.944	-47.502	-4,0%
Imobiliário	558.042	-19.067	-3,4%	438.257	-14.974	-3,4%
Serviços prestados às empresas	443.014	-24.059	-5,4%	8.135.441	-423.240	-5,2%
Serviços profissionais	215.389	-13.354	-6,2%	2.985.404	-184.970	-6,2%
Outros serviços prestados às empresas	227.625	-11.091	-4,9%	5.150.037	-247.296	-4,8%
Serviços prestados às famílias	828.516	-10.008	-1,2%	23.844.647	-438.779	-1,8%
Educação	377.322	-10.303	-2,7%	6.681.823	-182.443	-2,7%
Saúde e assistência social	280.489	6.919	2,5%	5.339.297	131.700	2,5%
Atividades domésticas	71.458	-893	-1,3%	6.483.638	-81.045	-1,3%
Outros serviços	99.247	-4.855	-4,9%	5.339.889	-261.220	-4,9%
Administração pública	587.600	5.292	0,9%	4.819.505	43.402	0,9%
<b>Total da economia</b>	<b>5.669.766</b>	<b>-320.247</b>	<b>-5,6%</b>	<b>101.617.017</b>	<b>-6.506.048</b>	<b>-6,4%</b>

Fonte: IBGE. Estimativa: Ex Ante Consultoria Econômica.



tos dos serviços somavam 1,7 milhão de postos de trabalho na base de 2017.

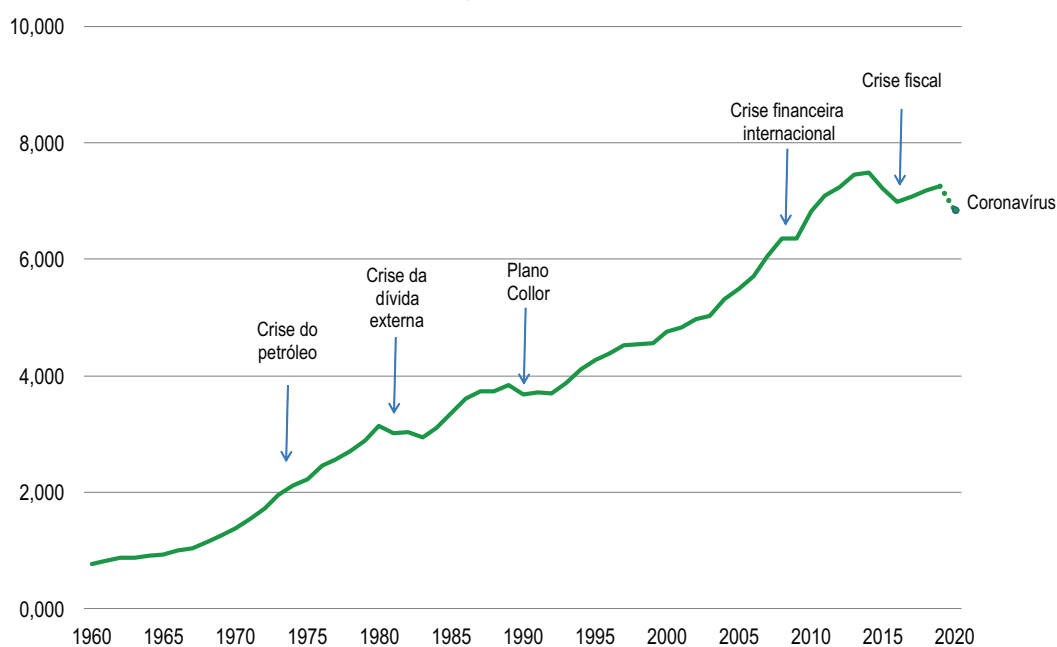
Os setores de tecnologia da informação, de saúde pública e privada e os serviços públicos, ao contrário, devem ter manutenção ou aumento de renda e de postos de trabalho. Por serem serviços estratégicos nesse momento de crise, os profissionais dessa área serão, em média, demandados de forma mais intensa com aumento de carga de trabalho e de renda. No setor de saúde e assistência social espera-se um aumento de demanda de mão de obra de 2,5%.

Os Gráficos 12 e 13 trazem as trajetórias de crescimento do PIB brasileiro de 1960 até 2020 (valor projetado) e do PIB per capita. A atual crise, como apontado por essa perspectiva de queda da renda no país, provocaria uma redução de renda de R\$ 320 bilhões. Isso significa que, sem a ampliação das políticas compensatórias, a recessão deve ser de 5,7%, com retração da renda per capita de 6,3%. Em termos históricos, a atual crise seria superada apenas pelas recessões de 1981 e 1983 (crise da Dívida Externa) e 1990 (Plano Collor).

Os poucos dados estatísticos disponíveis para o Brasil até o momento também dão conta de impactos que devem caminhar no sentido e magnitude traçados no cenário brasileiro. As principais notícias foram:

- O seguro desemprego teve mais de 550 mil pedidos de entrada em março e aproximadamente 750 mil pedidos em abril, totalizando 1,3 milhão em 60 dias. Não há informações do número de contratações nesse período.
- O número de autoveículos novos emplacados no país caiu 76,0% em abril com relação a igual período de 2019.
- A produção de autoveículos (automóveis e comerciais leves), que havia caído 22,2% em março de 2020 na comparação com março de 2019, sofreu retração foi de 99,4% em abril de 2020 frente a abril de 2019! Com isso, a produção de autoveículos já acumula queda de 39,1% em 2020 frente a 2019.

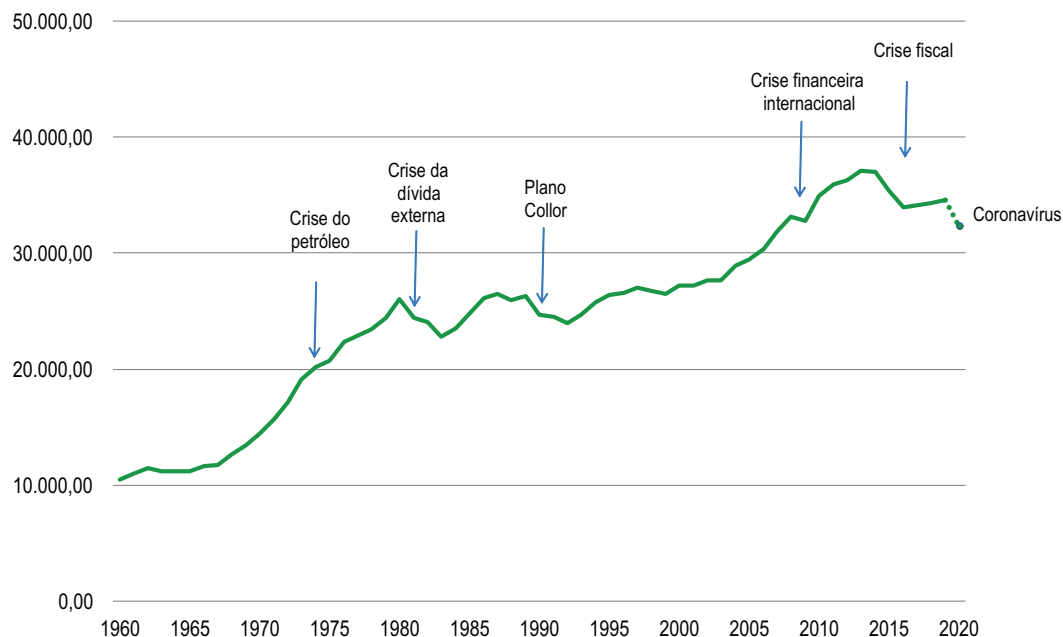
Gráfico 12.  
Evolução do PIB brasileiro, em R\$ milhões a preços constantes de 2019, 1960 a 2020\*



Fonte: IBGE. (\*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

## Gráfico 13.

Evolução do PIB per capita brasileiro, em R\$ a preços constantes de 2019, 1960 a 2020\*



Fonte: IBGE. (\*) Estimativas: Ex Ante Consultoria Econômica.

- A produção da indústria de transformação brasileira caiu de 4,2% em março de 2020 contra igual período de 2019.
- As exportações brasileiras de mercadorias tiveram redução de 1,8% nas três primeiras semanas de abril com relação a igual período de 2019; descontando as exportações de alimentos, que cresceram em razão da demanda chinesa, a queda foi de 18,2%.
- As importações brasileiras de mercadorias tiveram retração de 9,1% nas três primeiras semanas de abril com relação a igual período de 2019.

## Serviços

Os primeiros dados sobre o setor de serviços no período de distanciamento social apontam para um quadro bastante alarmante. Conforme indica a Tabela 4, que traz dados da Pesquisa Mensal de

Serviços do IBGE, o faturamento do setor caiu 6,9% em termos reais entre fevereiro e março de 2020. Vale observar que, na maior parte do país, as ações de distanciamento social começaram em meados de março, ou seja, os dados trazem o efeito parcial de alguns dias apenas. A retração foi mais intensa no segmento de serviços prestados às famílias, que reúne os hotéis, bares, restaurantes, cafés, empresas de atividades culturais, salões de beleza, academias de ginástica e *pet shops*, entre outros negócios formados por empresas, em sua maioria, de pequeno porte. Esse segmento observou retração de 31,2% em março com relação a fevereiro, acumulando queda de 32,4% entre março de 2019 e março de 2020.

Os serviços de transportes também observaram retração severa. Na comparação com fevereiro deste ano, a queda foi de 9,0%, acumulando retração de 5,6% em relação a março de 2019. Vale observar que esse resultado mistura um desempenho bastante positivo (aumento de 18,8% na comparação com março de 2019) dos transportes

marítimos, o qual foi puxado pela safra de grãos deste ano e pelo volume recorde de exportações de alimentos para a China, e uma performance catastrófica do segmento de transportes aéreos, que caiu 20,6% na comparação com março de 2019. Os serviços de transportes terrestres tiveram retração de 9,7% nessa comparação.

Como esperado, os serviços de Tecnologia da Informação cresceram de forma expressiva para acomodar as novas necessidades ocasionadas pela crise de saúde pública. Em relação a março de 2019, o aumento foi de 10,4%, acumulando uma

expansão de 9,3% no primeiro trimestre de 2020. Em termos de faturamento, o aumento acumulado no ano foi de 10,9%.

Em termos de empregos, no acumulado dos três primeiros meses do ano, o setor de serviços privados não financeiros ainda apresenta expansão. A média das ocupações em serviços foi de 42,3 milhões de pessoas no primeiro trimestre de 2020, valor 2,0% maior que o observado em igual período de 2019. Apenas o segmento de alojamento e alimentação observou retração de 1,3% nessa comparação.

Tabela 4.  
Evolução do volume de negócios no setor de serviços, Brasil, índice com ajuste sazonal

	Prestados às famílias	Informação e comunicação	Profissionais, administrativos e complementares	Transporte e logística	Outros serviços	Média dos setores
2011	100,5	85,6	95,6	87,1	103,4	89,9
2012	101,3	89,8	100,0	90,9	104,1	93,5
2013	102,0	95,4	99,8	97,0	101,7	97,5
2014	100,2	100,0	100,0	100,1	99,9	100,1
2015	94,9	100,1	95,7	93,9	91,0	96,5
2016	90,3	96,9	90,4	86,6	88,5	91,4
2017	89,7	94,9	84,0	88,7	80,6	89,0
2018	89,8	94,5	82,3	89,8	82,2	89,0
2019	92,3	97,6	82,9	87,5	86,9	89,8
mar-19	92,9	95,8	82,5	86,9	84,2	88,8
abr-19	93,1	96,4	82,9	86,5	83,8	89,2
mai-19	93,4	98,1	83,4	86,4	86,3	89,3
jun-19	92,8	95,9	83,1	86,7	84,7	88,9
jul-19	92,6	97,8	81,8	87,4	89,1	89,6
ago-19	91,0	98,3	82,5	86,8	87,1	89,5
set-19	91,7	97,4	84,1	88,4	87,8	90,6
out-19	93,2	99,3	83,9	89,6	87,7	91,3
nov-19	91,4	98,9	83,8	89,1	89,7	91,2
dez-19	91,1	99,1	82,2	87,3	92,6	90,5
jan-20	91,7	98,2	81,6	89,7	93,9	90,9
fev-20	91,3	97,0	80,6	90,1	94,3	90,0
mar-20	62,8	95,9	77,7	82,0	92,8	83,8
<b>Variações</b>						
no mês	-31,2%	-1,1%	-3,6%	-9,0%	-1,6%	-6,9%
no ano	-11,2%	0,6%	-2,7%	0,0%	10,5%	-1,2%
em 12 meses	-32,4%	0,1%	-5,8%	-5,6%	10,2%	-5,6%

Fonte: IBGE.

### Efeito de médio prazo

Essa trajetória tem impactos nos fundamentos econômicos do país e deve afetar o crescimento econômico no médio prazo. Os maiores impactos serão nas áreas fiscal e externa, o que levará a um déficit fiscal mais elevado, com menor ingresso de capitais estrangeiros e, possivelmente, uma taxa de câmbio bem pior que a que se projetava antes da crise. Esses dois efeitos, somados ao desemprego e à perda de renda, devem provocar uma redução forte da poupança doméstica.

Considerando a estrutura da carga tributária na economia brasileira, é possível estimar o efeito da crise na geração de renda e empregos sobre a arrecadação de impostos. Em 2017, a arrecadação total de impostos e contribuições somou R\$ 2,196 trilhões, o que equivaleu a 38,7% do PIB a custo de fatores ou 32,8% do PIB a preços de mercado. Tomando por base essa arrecadação e sua distribuição setorial, estima-se que a crise deve provocar uma redução de R\$ 124,5 bilhões na arrecadação do governo federal, estados e municípios. Essa queda é composta por uma redução de R\$ 57,1 bilhões nos impostos ligados à produção e consumo de mercadorias e serviços, em que pesam o ICMS e as contribuições ao PIS e COFINS, e uma retração de R\$ 67,4 bilhões de impostos sobre a renda e a propriedade, onde pesam o imposto de renda e as contribuições à seguridade social.

Vale observar que, ao se aplicar os preços e as estimativas de PIB de 2019, o total da queda de arrecadação deve ficar em torno de R\$ 135 bilhões este ano. Em termos da União, a arrecadação

deverá cair na proporção da arrecadação federal sobre o total de impostos. Segundo os dados das Contas Nacionais de 2017, do IBGE, a arrecadação federal respondeu por 65,9% de todos os impostos e contribuições pagos no país nesse ano. Assim, estima-se que a perda de arrecadação do governo federal pode alcançar R\$ 89,3 bilhões este ano, comprometendo de forma decisiva a meta fiscal. Os governos estaduais devem perder R\$ 36,4 bilhões e os municípios R\$ 9,9 bilhões de impostos e contribuições. Visto que o governo brasileiro pensa em disponibilizar recursos no montante de US\$ 150 bilhões, o déficit fiscal pode se elevar em pelo menos R\$ 285 bilhões, com impacto na relação dívida-PIB.

O quadro econômico mundial de crise, agravado pela situação política e institucional do Brasil, deve provocar uma redução drástica do ingresso de capitais estrangeiros, reduzindo a disponibilidade de poupança externa. A poupança doméstica também deve cair devido às perdas de renda e de emprego esperadas para o ano de 2020. Isso reduzirá a disponibilidade de fundos para o financiamento dos investimentos. Além disso, parte das despesas compensatórias anunciadas pelo governo não são fiscais: pretende-se usar novamente os recursos do FGTS para cotistas e fluxos de capitais do BNDES para expandir o crédito de curto prazo para capital de giro das empresas. O emprego dos recursos do FGTS e do BNDES, embora seja funcional no curto prazo, terá efeito negativo sobre a taxa de poupança doméstica. Esses três fatores indicam queda do investimento ao longo de 2020, fenômeno que deve se estender em 2021.





CONFEDERAÇÃO  
NACIONAL DE  
SERVIÇOS

Contato: [secretaria@cnservicos.org.br](mailto:secretaria@cnservicos.org.br)

Elaboração:

